



Territórios em luta contra as monoculturas de árvores, barragens e áreas protegidas

Boletim do WRM 261

Junho 2022

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

Índice

NOSSA OPINIÃO

Conectando a crise climática (e as chamadas “soluções”) a injustiças e opressões históricas.....	2
Recuperar a terra em Misiones, Argentina: uma luta por justiça social e vida digna.....	5
“O comércio de energia ou a nossa vida”: a luta contra as barragens no curso principal do Mekong	13
Desertos verdes: avanço das monoculturas do dendê na Amazônia Paraense.....	18
A expansão das empresas de celulose e papel APP e APRIL na Indonésia: mais desmatamento e violência.....	23
Comunidades resistindo contra a impunidade e os impactos das empresas de plantação de óleo de palma no Equador: casos em Esmeraldas.....	29
Resistência de comunidades quilombolas frente à empresa Suzano no Extremo Sul da Bahia, Brasil.....	38
Índia: para onde vai a chamada Conservação de Fortaleza?.....	46

RECOMENDADOS

Denúncia do novo eucalipto transgênico resistente ao glifosato da empresa Suzano...55
“As chamas da expropriação.” Incêndios no negócio de plantações no Chile.....55
Mulheres indígenas Munduruku protegem seu território com câmeras e telefones....55
Certificação RSPO apesar de conflitos por terra, violência e criminalização.....55
Série de webinários “Desconstruindo o jargão”.....56

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:

A cooperativa de Produtores Independentes Piray (PIP), Misiones, Argentina; Projeto SEVANA Sudeste Asiático; o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pará, Brasil; Campanha de Florestas e Plantações dos Amigos da Terra Nacionais Indonésia/WALHI; Acción Ecológica, Equador; a Associação Quilombola de Volta Miúda e a Cooperativa Quilombola do Extremo Sul de Bahia, Brasil; All India Forum of Forest Movements (AIFFM), Índia; e membros do secretariado internacional do WRM.

NOSSA OPINIÃO

Conectando a crise climática (e as chamadas “soluções”) a injustiças e opressões históricas

São as interconexões e dependências entre colonialismo, racismo, patriarcado e exploração de classe que criam as condições para a crise climática. Portanto, enfrentar o caos climático é enfrentar as relações de poder desiguais em que se baseia o capitalismo, com sua dependência dos combustíveis fósseis.

É inegável que os combustíveis fósseis são a causa fundamental do caos climático. A base de poder da maioria das empresas de combustíveis fósseis surgiu em países europeus e em colônias europeias, e essas potências coloniais ainda estão impulsionando a crise. A colonização da terra, do trabalho e das culturas permitiu que prosperasse a economia capitalista, dependente de combustíveis fósseis. A crise climática evidencia, assim, as teias de poder e opressão que vêm sendo tecidas desde a colonização, pois a dependência em relação aos combustíveis fósseis se baseia nas interconexões e dependências entre colonialismo, racismo, patriarcado e exploração de classe.

O relatório recente do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC) finalmente destaca o que os movimentos populares vêm pedindo há décadas: o fim dos combustíveis fósseis. No entanto, as maiores empresas de petróleo e gás do mundo projetam gastar mais de 930 bilhões de dólares em novos empreendimentos direcionados a esses combustíveis, apesar de dizerem estar alinhadas com suas “metas climáticas”. Isso inclui empresas como Shell (Holanda/Reino Unido), Chevron (EUA), Eni (Itália), TotalEnergies (França) e ExxonMobil (EUA), estatais como a russa Gazprom, Saudi Aramco, PetroChina, e a norueguesa Equinor. (1)

E o que é pior, as negociações e políticas climáticas da ONU, como “soluções baseadas na natureza” ou REDD+, estão permitindo que governos e empresas (e ONGs conservacionistas) do Norte global conquistem e controlem mais territórios e florestas de comunidades no Sul global. (2) A chamada transição a uma economia “renovável” ou “verde” se baseia nas mesmas teias de poder e opressões da economia capitalista.

Neste contexto, um artigo do Boletim alerta para os graves impactos que a continuidade da construção de grandes hidrelétricas ao longo do rio Mekong está causando nas comunidades e nas teias de vida que esse rio sustenta. Outro artigo, do Brasil, expõe a forma como os planos de expansão das plantações industriais de dendezeiros na Amazônia, em particular pela empresa Brazil Bio Fuels (BBF), representam uma ameaça

perigosa a florestas, povos indígenas e comunidades camponesas. Da mesma forma, um artigo vindo do Equador revela não apenas os impactos, mas também as resistências das comunidades impactadas pelo legado de violência e injustiça das empresas plantadoras de dendezeiros.

As empresas de plantações de árvores, no entanto, estão tentando fazer as pessoas acreditarem que são as salvadoras da crise climática. A Declaração do 15º Congresso Florestal Mundial, que ocorreu em maio de 2022 e reuniu a maior parte das indústrias de plantação de árvores e celulose, afirmou que elas “oferecem importantes soluções baseadas na natureza para mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação do solo, fome e pobreza”. (3) Essas falsas “soluções”, no entanto, têm como fundamento a expansão do mesmo modelo opressor e destrutivo, e estão principalmente focadas em como manter os lucros das empresas.

Outro artigo deste boletim expõe a forma como as empresas de plantações de árvores APP e APRIL, na Indonésia, baseiam-se em um modelo de violência, poluição e desapropriação, e continuam operando por meio dele, apesar de seus compromissos supostamente “verdes” e suas metas climáticas. Da mesma forma, outro artigo do Brasil expõe os graves impactos e conflitos que a multinacional de papel e celulose Suzano representa para as comunidades e seus territórios.

As corporações e seus aliados financeiros também estão usando o cercamento de mais florestas na forma de Áreas Protegidas para afirmar ter compensado a poluição que geram em outros lugares. Elas têm apoio de muitas ONGs conservacionistas internacionais e da ONU, e essas Áreas Protegidas também costumam ser chamadas de “soluções baseadas na natureza”.

Da Índia, outro artigo alerta sobre como a expansão de Áreas Protegidas em nome da “conservação” é, na verdade, uma violação contundente dos direitos dos Povos Indígenas e das comunidades florestais. Ao mesmo tempo, o artigo expõe as estreitas ligações entre a expansão dessas Unidades de Conservação e da mineração e o desmatamento em grande escala.

Grandes concessões – para combustíveis fósseis, para uma indústria dependente dos combustíveis fósseis, para empresas de plantações, para megabarragens ou para projetos que alegam estar compensando a poluição dos combustíveis fósseis – destroem comunidades, florestas, mananciais e todas as interconexões de vida, conhecimento e histórias de lugares específicos. A violência nos territórios é especialmente intensa para mulheres e meninas, que são abusadas, estupradas e perseguidas dentro dos territórios invadidos.

Conectar as raízes da crise climática às injustiças e opressões históricas não é apenas um ato de reconhecimento, mas também uma forma de visibilizar que elas ainda estão presentes hoje e, em alguns casos, foram até aprofundadas. Enfrentar o caos climático é abordar as relações desiguais de poder nas quais se baseia o capitalismo, com sua dependência de combustíveis fósseis.

Em entrevista incluída neste boletim, Miriam Samudio, uma das fundadoras de uma cooperativa agroecológica de Misiones, na Argentina, que reclamou terras da multinacional Arauco, afirma: “Eu entendo também que as mulheres, apesar de todos os inconvenientes que temos no dia a dia, também são capazes de sonhar, de acreditar que o que parecia tão impossível poderia ser possível se todos nos organizássemos e lutássemos juntos.”

(1) Global witness, IPCC clarion call puts spotlight on fossil fuel industry’s hypocrisy, 2022, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/fossil-gas/ipcc-clarion-call-puts-spotlight-on-fossil-fuel-industrys-hypocrisy/>

(2) Veja, por exemplo, WRM, 15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência, 2022, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/15-anos-de-REDD-Um-esquema-corrompido-em-sua-essencia>
Soluções baseadas na natureza: ocultando um grande roubo de terras, 2021, <https://www.wrm.org.uy/pt/boletins/nro-255>

(3) FAO, 15th World Forestry Congress, The Seoul Forest Declaration, Maio de 2022, <https://www.fao.org/3/cc0160en/cc0160en.pdf>

(4) WRM, Press release: Stop the Racist Conservation Model!, May 2022, <https://www.wrm.org.uy/action-alerts/press-release-stop-the-racist-conservation-model>

Recuperar a terra em Misiones, Argentina: uma luta por justiça social e vida digna

A cooperativa Produtores Independentes de Piray (PIP), na província de Misiones, Argentina, foi formada em 2005 para frear o avanço da monocultura de pinus da multinacional Arauco e recuperar a terra. O WRM conversou com Miriam Samudio, liderança da família PIP, para refletir sobre o processo de luta e as lições aprendidas.

A cooperativa de Produtores Independentes Piray (PIP), em Misiones, na Argentina, foi formada em 2005 para frear o avanço da monocultura de pinus e recuperar a terra, a soberania alimentar, a saúde e uma vida digna. A resistência constante e a união conquistaram algo raramente visto: a expropriação de terras da multinacional de plantações industriais Arauco (antiga Alto Paraná). Depois de 18 anos de luta, ainda há muito a ser feito: as associadas e os associados da PIP continuam unidas e trabalhando, mantendo a busca pela justiça social no centro de sua atuação.

A resistência contra as monoculturas industriais em Puerto Piray (1)

A Alto Paraná S. A. (APSA) é a mais importante empresa de plantações da Argentina e uma das maiores da América Latina. Desde 1996, pertence ao grupo chileno Celulosa Arauco, o segundo maior produtor de celulose do mundo. Desde a sua criação, a Arauco recebeu inúmeros benefícios fiscais que estimularam sua expansão contínua.

A empresa possui 264 mil hectares de terras na Argentina, dos quais mais de 131 mil estão plantados com monoculturas de árvores. Na província de Misiones, a transnacional administra uma fábrica de celulose localizada em Puerto Esperanza, dois viveiros, uma planta de remanufatura, uma fábrica de tábuas de média densidade (MDF) e duas serrarias, incluindo a maior do país, com sede em Puerto Piray. Todos os dias, a chaminé dessa serraria libera formaldeído, um produto tóxico que os moradores locais descrevem como “substância com cheiro de ovo podre”.

Atualmente, a Arauco detém quase 12% da área total de Misiones. Apenas no município de Puerto Piray, a empresa possui 63% das terras. Segundo a agência de notícias Tierra Viva, da Argentina, estima-se que cada hectare plantado consuma três litros de agrotóxicos por ano, o que significaria a empresa derramar mais de 70 mil litros de produtos químicos em Piray, todos os anos. Os efeitos na saúde da população são muitos: câncer, infecções respiratórias e de pele, malformações, entre outros males. Além desse grave impacto, a Arauco tomou as terras de camponeses e indígenas, destruiu seus meios

de subsistência e a biodiversidade, contaminou as fontes de água e desalojou os moradores.

No ano 2000, em um contexto de profunda crise econômica e social na Argentina, a falta de terra e trabalho levou as famílias de Piray a se organizarem. Em 2003, já haviam sido formados quatro grupos de base, com oito a dez famílias cada. Todos eram unidos por algum projeto coletivo: produção de mel e cana-de-açúcar, criação de galinhas ou embalagem de geleias. Dois anos depois, em 2005, grupos dos bairros Unión, Santa Teresa e Kilómetro 18 formaram a organização Produtores Independentes de Piray (PIP), que hoje faz parte da União dos Trabalhadores da Terra (UTT), reunindo organizações que lutam em todo o país.

Desde o início, a principal luta da PIP foi pela terra. Por isso, tiveram que enfrentar a Arauco, que estava à frente da concentração de terras em Misiones. As plantações de pinus da multinacional não só invadiram o território e cercaram as famílias, como também causaram prejuízos à saúde devido ao uso de agrotóxicos.

Em 2013, depois de muitas marchas, protestos, bloqueios e campanhas em diferentes níveis, a Câmara dos Deputados da Província de Misiones aprovou uma lei que declarou 600 hectares de terras pertencentes à empresa Arauco em Piray como sendo de utilidade pública e passíveis de compra e desapropriação. A entrega dessas terras foi programada em etapas, respeitando os turnos de corte do pinus que a empresa havia estabelecido. O primeiro lote de 166 hectares, previsto para 2013, só foi entregue em meados de 2017 e titulado definitivamente apenas em 2021.

Assim, as famílias da PIP começaram a plantar milho, feijão, batata-doce, mandioca, melancia, melão, repolho e dezenas de outras culturas. Cada cooperada ou cooperado recebeu um hectare de terra sob a condição de trabalhar de forma agroecológica e comunitária. Outros 45 hectares são usados em conjunto para plantações anuais. E há terras que ainda não são cultiváveis porque estão degradadas e contaminadas, e passam por processo de recuperação.

O forte compromisso com a alimentação saudável fez com que, nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, a PIP colhesse e ensacassem mais de 30 toneladas de mandioca e batata-doce, que foram enviadas para Buenos Aires e distribuídas na rede de refeitórios da UTT para aliviar a situação daqueles que mais sofriam com a emergência sanitária. Ao mesmo tempo, em Piray, foram preparadas sacolas sob o lema “a PIP te alimenta de porta em porta”, para oferecer frutas e verduras à vontade. Quem não podia pagar levava as sacolas mesmo assim.

Mas a luta continua. Até agora, eles não receberam os dois terços da terra que lhes foram prometidos. A Arauco já deveria ter feito a entrega efetiva de um segundo lote de terras, com mais 107 hectares. Isso fez com que os camponeses saíssem novamente a organizar protestos, marchas e bloqueios de estradas para dar visibilidade a sua justa reivindicação.

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) conversou com **Miriam Samudio, uma das referências da grande família PIP**, para refletir sobre o processo de luta e as lições aprendidas.

WRM: Antes da luta pela desapropriação de terras no Alto Paraná (Arauco), vocês tiveram outras lutas ou ações coletivas? Conheci outras experiências?

Miriam: Antes da luta pela terra, como organização, como moradores, nós estávamos organizados em comissões de bairro. Começamos a lutar pelos direitos da comunidade. Juntamos os três bairros, montamos a Comissão Integradora, que era aberta às reivindicações de todos os moradores. Lutamos pela reparação da estrada, por iluminação, por água potável. Vimos a necessidade de ter CAPS [Centros de Atenção Primária à Saúde], salas de pronto-socorro. Em outras palavras, foram sendo conquistadas algumas coisas básicas para a nossa comunidade, e fizemos isso juntos, como Comissão de Moradores.

Foi aí que percebemos que, de forma organizada, poderíamos conquistar muito mais, percebemos que a questão da saúde exigia que fizéssemos algo todos juntos, e que esse algo era fazer com que parassem de jogar agrotóxicos na região e que os pinus fossem retirados de trás das nossas casas. Tudo isso ajudou para que, depois de alguns anos, também como moradores, conseguíssemos organizar e montar uma organização independente como é a PIP, Produtores Independentes de Piray.

Ficamos muito animados com a ocupação que ocorreu, o assentamento e a colonização em San Pedro (a 100 km de Piray). Com a garra que essa organização tinha, eles lutaram juntos pela terra e a conquistaram. Nós apoiamos suas últimas lutas e isso nos estimulou totalmente a lutar pelo que é nosso. Também visitamos um grupo de 300 famílias no Paraguai, que há algum tempo havia entrado em uma grande plantação de soja. Eles ocuparam 5 mil hectares. Não foi fácil, fizeram várias tentativas até conseguir permanecer e ficar ali, embora continuassem em conflito. Conhecer essa luta foi muito motivador.

WRM: Em conversas anteriores com a PIP, nos contaram que foram as mulheres (que ficavam trabalhando em casa enquanto os homens procuravam trabalho) que começaram a se conscientizar sobre a importância de ter terra. Como isso aconteceu?

Miriam: Entre 1999 e 2000, que foi o período mais difícil devido a uma crise que atravessava não só o país, mas também as diversas províncias, nós mães, tivemos que ficar em casa e os homens – pais, irmãos – iam trabalhar longe. Foi nessa situação que nós, mulheres, nos encontrávamos nas reuniões da escola, na sala de primeiros socorros, e todas contavam a mesma coisa. A preocupação era que as crianças tinham feridas, problemas respiratórios, conjuntivite, diarreia. Todas começaram a ter os mesmos sintomas e foi aí que nós, mulheres, começamos a perceber que isso acontecia justamente na época da floração do pinus, que o pólen liberado nessa época prejudicava não só o meio ambiente, mas também a saúde de nossas crianças e dos idosos. Foi assim que nós percebemos que algo estava acontecendo e que tínhamos que fazer alguma coisa.

Pensávamos que seria fácil. No início, é claro que não se visualiza todo o problema. Exigimos do município a questão da saúde, que os pinus fossem levados para mais longe, que parassem de jogar agrotóxicos, e com o tempo, começamos a perceber que era uma luta de grandes proporções. E foi aí que tudo começou. Sempre falando para sermos valentes, corajosas, continuar resistindo, sentindo que é uma batalha que não vai acabar tão cedo, ir procurando estratégias para continuar avançando. E, muitas vezes, temos que parar se for necessário, e depois voltar, sempre com mais força, com mais entusiasmo.

Eu entendo que o papel da mulher nessa luta pela terra foi muito importante, foi essencial. Porque éramos nós que estávamos no dia a dia, vendo qual comida íamos colocar na mesa e oferecer aos nossos filhos. Então foi como se a gente assumisse aquela luta pela terra, entendendo que naquela terra nós podíamos produzir alimentos e, como primeiro passo, resolver a questão do consumo próprio na família.

Entendo também que as mulheres, apesar de todos os inconvenientes que temos no dia a dia, também são capazes de sonhar, de acreditar que o que parecia tão impossível poderia ser possível se todos nos organizássemos e lutássemos juntos, se moradores, moradoras e toda a comunidade se levantassem. E fomos nós, mulheres, que começamos a falar sobre isso e conseguimos contagiar e transmitir para outras famílias, e incentivá-las para que se animassem. Essa convicção que nós, mulheres, tivemos no início da nossa organização nessa luta pela terra foi muito intensa, com muita esperança, com muita convicção, muito compromisso por parte das mulheres, e acho que isso não muda. Estamos sempre na frente, sempre animando. Embora hoje o trabalho seja mútuo, com compromisso das duas partes, homens e mulheres, as mulheres estão sempre firmes na resistência, como sempre, como começamos.

Gerenciar o equilíbrio entre cuidar da casa, dos filhos e da resistência, para nós é uma luta diária. Nós sempre dizemos: como vocês estão? Como você está? E sempre na luta.

Sempre preparadas, sempre nos organizando. Apesar de tudo o que fazemos, também temos tempo para nós. Além de cuidar da casa, do trabalho cooperativo, de organizar as lutas, a gente está sempre buscando o equilíbrio, não é? Tratando de cada parte como deve ser, sem negligenciar nenhuma.

WRM: Como são tomadas as decisões na PIP hoje? Quais foram as principais mudanças na organização, do início até agora?

Miriam: As decisões sempre foram tomadas em conjunto. São realizadas assembleias, reuniões de delegados, vão sendo feitas consultas entre todas e todos, e depois se decide em assembleia geral. Então, nos acertamos, acertamos todos. E se erramos, bom, aí erramos todos juntos.

As mudanças são sempre para melhor, no sentido de ir avaliando o que pode ser melhorado e, conforme se vai examinando e mudando, vai melhorando. Mas ao tomar decisões, adotamos essa modalidade, para que todos possam ter voz, para que todos tenham oportunidade de fazer propostas e possamos ir nos corrigindo para não errar. E se cometemos um erro, voltar e refletir de forma diferente.

WRM: Quais foram os principais obstáculos que atrasaram ou enfraqueceram a luta? Como vocês se livraram deles?

Miriam: O principal obstáculo que surgiu no início foi que a própria comunidade, as próprias pessoas que estavam dentro da organização, tinham medo da empresa, porque é uma multinacional. Alguns até a viam com bons olhos, como se dissessem “mas eles nos dão trabalho”, sem olhar para o que está por trás daquele trabalho, tudo que eles estavam destruindo. Então foi preciso convencer essas pessoas, semear conscientização entre nossos próprios companheiros e depois na comunidade. Porque a comunidade muitas vezes nos via, no início, como quem quer fazer confusão, os bagunceiros, os que protestavam. Como se não entendessem que a luta não era só pela nossa organização, mas pela própria comunidade, para que ela não desapareça, e para que as próprias pessoas não acabassem desaparecendo do lugar. Isso foi muito difícil no começo.

Outro obstáculo foi que tivemos que nos preparar, porque quem diria que enfrentaríamos uma multinacional e que teríamos que conhecer alguns direitos, alguns artigos da Constituição? Começamos a estudar algumas coisas, a nos capacitar. Com o tempo, aprendemos muitas coisas. Mas foi preciso passar por esse processo primeiro, o que também foi para o bem, porque crescemos nesse aprendizado e nessa luta, que hoje nos fortalece muito.

Outro obstáculo foi o desgaste devido aos longos tempos do processo. Foram muitos anos, 14 anos de luta ininterrupta implicam muito desgaste, e foi assim que, às vezes éramos menos, e depois nos recuperávamos, mas sempre lutando pelos interesses de todas as famílias. Muitas vezes tivemos que tirar forças de onde não havia.

Então, sobre os obstáculos hoje, e acho que não só hoje, mas ao longo do processo: como a empresa vê que estamos nos organizando para continuar lutando pela parte da terra que nos pertence, o que ela sempre faz é se meter com as pessoas dentro da organização para nos enfraquecer. Eles começam a sair a cada quatro anos, na hora da votação, para buscar votos, e é sempre uma dor de cabeça. Parece que não se perde o mau hábito de um político chegar e convencer, não sei como, alguns colegas a seguirem os interesses da empresa, e eles começam a dividir ali, até acabar a época das eleições, e aí tudo volta à normalidade. Por isso, um dos obstáculos que, por incrível que pareça, ainda hoje ocorre é que cada vez que há eleições, há divergências entre opiniões e ações que queremos realizar. E isso se nota, se sente muito. E depois que as eleições acabam, tudo se acalma e volta ao normal.

WRM: Houve um processo de aprendizagem consciente ao longo dos anos?

Miriam: Eu acho que durante todo este ano, o processo de aprendizagem, de conscientização de cada família, cada companheira, cada companheiro e cada delegado, é muito mais forte do que quando começamos. Quando se reclama alguma coisa, quando se propõe alguma estratégia de luta, quando se levanta alguma questão ou preocupação, nota-se que os camaradas têm muita consciência na hora de se envolver, de se comprometer, sobre como defender a vida, como defender os nossos territórios e sobretudo, como acompanhar ou apoiar outras organizações, outras comunidades que estão sendo ameaçadas de despejo.

Esse forte compromisso da PIP de continuar acompanhando e demonstrando solidariedade é muito visível. Nas pessoas que vão aderindo, percebe-se em pouco tempo quando elas propõem, quando sugerem pautas, o que acontece com muito mais força.

WRM: Na PIP, não só decidiram recuperar a terra e usá-la para a produção de alimentos, mas também formaram a Escola de Adultos. Como e por que a organizaram?

Miriam: Sim, dentro da PIP, além da resistência e da luta pela terra, da resistência no território, também vamos buscando opções para conquistarmos os nossos direitos. Uma delas é ter uma escola de adultos, onde fizemos um longo e persistente esforço para que se aprovasse um núcleo de estudos, o SIPTEP, que é um sistema de educação integral

provincial, e conseguimos que a nossa sede fosse um núcleo, e está aberto à toda a comunidade.

Há muitos jovens que não terminaram a escola, o ensino médio, muitos idosos que estão fazendo o ensino fundamental. E para nós é um orgulho poder dizer que não pensamos apenas em nós, mas também na comunidade.

Outra coisa que também continuamos fazendo como PIP é tentar ser protagonistas dentro de nossa comunidade diante das reivindicações, dos direitos que merecemos. Continuamos sempre lutando pela saúde, pelas estradas, pela água. Por exemplo, também está avançando um plano para a criação de um Banco de Sementes da PIP, para preservar e revitalizar a biodiversidade local. Tentamos ocupar esse papel muitas vezes para ser a voz da nossa comunidade, e isso também nos fortalece muito.

WRM: Quais seriam as coisas mais importantes a ter em mente na auto-organização para iniciar e manter uma luta? Que coisas devem ser evitadas ou cuidadas no processo?

Miriam: Sempre que temos oportunidade de compartilhar palestras ou encontros com algumas comunidades, com alguns grupos que também estão lutando pela terra, tentamos dividir a nossa experiência com eles. Principalmente lhes dizer que, se houver convicção, se eles realmente acreditarem que têm direito, se realmente assumirem essa luta, com tudo, com o coração, com a consciência, com a alma, existe a possibilidade de montar um bom grupo, e que eles possam ir conquistando mais famílias e engajar não só as pessoas do grupo, mas também a comunidade.

Um dos aspectos com o qual seria bom ter muito cuidado é não resolver as coisas individualmente. O perigo está sempre aí. Às vezes, para acelerar as coisas ou querer responder rapidamente, as pessoas cometem erros. Aconteceu conosco, alguns companheiros passaram por isso. Portanto, sempre tente tomar decisões em conjunto. E só depois de haver consenso, avançar. Não importa que se percam mais alguns dias, mais algumas semanas; o importante é que a maioria esteja de acordo, porque é a única maneira que eles vão assumir esse compromisso, essa luta, e eles vão pressionar até atingir o objetivo.

WRM: Vocês consideram importante o apoio ou a solidariedade de fora? Que tipo de solidariedade vocês receberam que consideram valiosa ou útil?

Miriam: O apoio de pessoas de fora é sempre importante, seja de instituições, da própria sociedade, dos meios de comunicação, de autoridades, de diferentes grupos. Porque é

assim, temos que envolver a todos, temos que colocar a questão na mesa e envolver a todos que fazem parte da nossa sociedade.

Eu entendo que conosco levou tempo. Nós tentamos continuar resistindo, e aos poucos fomos conquistando todos aqueles atores que são importantes e que valem muito na hora de opinar, decidir, acompanhar, dar visibilidade às nossas lutas.

É sempre muito importante buscar aliados, principalmente aliados que possam dar visibilidade a tudo o que está sendo feito, tudo o que está sendo reivindicado, e que o assunto seja discutido em diferentes espaços. Isso é muito importante. Isso nos ajudou muito.

(1) Para mais informações sobre a luta da PIP, veja os seguintes links (em espanhol):

Tierra Viva, Despiertan tierras dormidas, Argentina, 2020, <https://agenciaterraviva.com.ar/despiertan-tierras-dormidas/>

Tierra Viva, Productores Independientes de Piray: “Donde había solo tierra dura, ahora crecen alimentos sanos”, Argentina, 2021,

<https://agenciaterraviva.com.ar/productores-independientes-de-piray-donde-habia-solo-tierra-dura-ahora-crecen-alimentos-sanos/>

Alianza Biodiversidad, Nélica Almeida: “La agroecología es traer al corazón esos valores que están en la comunidad”, 2022

<https://www.biodiversidadla.org/Defensoras/Nelida-Almeida-La-agroecologia-es-traer-al-corazon-esos-valores-que-estan-en-la-comunidad>

“O comércio de energia ou a nossa vida”: a luta contra as barragens no curso principal do Mekong

Os quase 5 mil km do rio Mekong, que atravessa seis países e garante as vidas e a subsistência de milhões de pessoas, está sob grave ameaça devido à construção de grandes usinas hidrelétricas. As comunidades estão resistindo ao que poderia ser a luta final para salvar algumas das partes restantes do rio e, na verdade, de suas vidas.

O Mekong é o mais longo rio do Sudeste Asiático e um dos maiores do mundo. Cobrindo uma distância de quase 5 mil km desde sua nascente, no planalto tibetano da China, até o delta, o rio passa por seis países: China, Mianmar, Tailândia, Laos, Camboja e Vietnã.

Os povos dos países do Baixo Mekong (Mianmar, Laos, Camboja, Tailândia e Vietnã) têm enfrentado um desafio importante nas últimas três décadas, devido ao rápido desenvolvimento de grandes hidrelétricas, principalmente no curso principal do Mekong. Essas hidrelétricas bloqueiam grandes migrações de peixes e interrompem esse rio de vital importância, afetando milhões de pessoas que dependem dele para seu sustento e sua sobrevivência. Questões territoriais de soberania e posse da terra, além da falta de cooperação entre os países envolvidos em termos de governança, são as principais barreiras para que as comunidades afetadas e os movimentos da sociedade civil possam fortalecer suas redes transfronteiriças. No entanto, apesar dessas barreiras, junto ao falso argumento de resolver as necessidades energéticas das pessoas e os benefícios do comércio de energia, os movimentos sociais ainda mantêm sua unidade, com esperança.

A parte alta do rio Mekong, ou “rio Lancang”, em língua chinesa, está totalmente sob controle das 11 grandes hidrelétricas de propriedade da China. Entre outros impactos, essas grandes represas impedem o enchimento do curso principal do Mekong ao longo da fronteira da Tailândia com o Laos, bem como do Tonle Sap (o Grande Lago), a grande fonte de peixes, que fornece até 70% da proteína consumida pelos cambojanos.

Atualmente, o governo da República Popular Democrática do Laos está trabalhando a todo vapor para instalar sete hidrelétricas no curso principal do Mekong, depois de finalizar as duas primeiras, implementadas por empresas tailandesas e malaias. A relação entre o Mekong e os países do Sudeste Asiático em termos de comércio de energia não é apenas uma questão de negócios, mas também é fortemente impulsionada pelos interesses políticos de muitos atores. Atualmente, a China é o ator principal no setor, com seu

envolvimento em muitos projetos futuros. É também o mais influente em termos de ideologia política e direção do desenvolvimento, e o maior credor do Laos, que não tem litoral. Ao mesmo tempo, a Tailândia continua sendo o maior comprador de eletricidade do Laos.

O Laos é conhecido como a “bateria do sudeste asiático” devido à grande quantidade de hidrelétricas planejadas, destinadas a fornecer energia aos países vizinhos.

Atingir emissão “líquida zero” represando o Mekong e seu povo

Desde 1993, a Tailândia assinou cinco Memorandos de Entendimento para comprar eletricidade do Laos. Em 2016, aceitou comprar 9.000 MW nas duas décadas seguintes. Até o momento, o Laos vendeu 5.935 MW. Em março de 2022, o governo tailandês assinou o último memorando para a compra de mais 1.500 MW, totalizando 10.500 MW. A justificativa do governo foi “obter energia limpa para apoiar a Emissão Verde Líquida Zero da Tailândia”. Assim, os acordos abrem caminho para que as empresas tailandesas continuem construindo barragens no Laos e permitem anunciar uma lógica distorcida que afirma que as grandes hidrelétricas são fontes de energia limpa.

É difícil saber o número de pessoas que sofrem com essas megarrepresas, em função das várias mudanças ao longo dos 4.880 quilômetros do rio, que atravessa seis países. A destruição da biodiversidade no curso principal do Mekong, em seus afluentes, no Tonle Sap (o Grande Lago) do Camboja e no delta do rio acabou com um futuro promissor e com os meios de subsistência de milhões de pessoas. Estudos estimam que só o declínio da pesca no Mekong custará cerca de 23 bilhões de dólares até 2040. Esse número não é surpreendente quando olhamos para o Tonle Sap, um dos maiores lagos interiores do mundo, para onde 70% das espécies de peixes do Mekong migram durante a estação chuvosa. Em 2019, o sistema de vazão Mekong-Tonle Sap mudou drasticamente, deixando a água do lago quente, rasa e sem oxigênio. Estima-se que as pescarias no Tonle Sap tenham decaído entre 80% e 90% naquele ano. Como resultado, muitas pessoas tiveram que se afastar de suas prósperas comunidades originais da região do lago para enfrentar um futuro desconhecido, quase sem escolha.

Nas últimas três décadas, os governos da região do Mekong não protegeram o rio nem seu povo. A região, sob governos militares e socialistas, só conseguiu chegar a um acordo sobre uma economia de mercado e o comércio transfronteiriço, mas a falta de governança nesse processo deixou as pessoas em desvantagem e distantes umas das outras. Além do processo frágil e incerto entre os governos da região do rio, e de mecanismos como a Comissão do Rio Mekong, as pessoas que habitam o Baixo Mekong também enfrentaram, sem muitas explicações, investimentos agressivos e empreendimentos hidrelétricos da

China, que cresceram rapidamente. Apesar de insistir em sua fraternidade com os países do Baixo Mekong, a China nunca reconheceu nenhum dos impactos de suas hidrelétricas.

Enquanto as evidências da destruição ambiental e social do Mekong vão se tornando mais visíveis, também fica claro o forte contraste entre as empresas, que recebem benefícios, e as pessoas e os países, que enfrentam sofrimento. Na Tailândia, o preço da eletricidade está prestes a atingir seu valor mais alto, em maio de 2022. No entanto, a Tailândia tem mais de 50% de margem de reserva de energia, pois os Planos de Desenvolvimento de Energia (PDE) foram baseados em um crescimento econômico superestimado. A autoridade tailandesa insiste em aumentar a produção de energia hidrelétrica de 7% em 2015 para 15-20% até 2036, em sintonia com seu apoio constante aos empreendimentos hidrelétricos, em meio ao excesso de oferta de eletricidade e à destruição de ambientes e meios de subsistência locais.

Para a República Democrática do Laos, as notícias mais recentes indicam o problema da “armadilha da dívida”. Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) triplicou em relação a 2005, chegando a crescer 6,3% em 2017, mas foi caindo continuamente para 5,5% em 2019 e 3,3% em 2020. A principal força motriz para o aumento do PIB foi o investimento estrangeiro em grandes projetos de infraestrutura. Porém, o governo do Laos precisa investir pelo menos 30% de seu PIB para ter de 6% a 7% de crescimento econômico. Portanto, o Laos acabou não conseguindo gerar renda suficiente para pagar sua dívida externa. Essa dívida, principalmente com a China, é resultado de projetos multibilionários, como ferrovias de alta velocidade, grandes hidrelétricas e redes de energia. Por consequência, o governo do Laos não tem muitas opções a não ser impulsionar ainda mais a condição de “bateria da Ásia”, permitindo que o setor privado e a China definam a direção do seu desenvolvimento no futuro.

Uma forte resistência para salvar o Mekong

Desde que esses grandes projetos hidrelétricos tiveram início, no final da década de 1980, grupos da sociedade civil e comunidades locais passaram as duas primeiras décadas trabalhando para entender a situação e se mobilizando para estabelecer redes entre si, apesar de todas as dificuldades resultantes da repressão e da criminalização. Em 2012, uma rede de comunidades locais de oito províncias tailandesas ao longo do Mekong processou a Autoridade Geradora de Energia da Tailândia (EGAT) por planejar a compra de 95% de sua eletricidade da hidrelétrica de Xayabouri, a primeira represa do Baixo Mekong construída por uma empresa tailandesa. (1) Após anos de investigação, o tribunal administrativo rejeitou a tentativa popular de retardar a atividade da EGAT. Ainda há um recurso em tramitação contra essa grande represa, que opera com capacidade integral. Mas processar a agência ajudou as pessoas a entender melhor o negócio de energia.

Desde então, diferentes comunidades nos países do Mekong vêm tentando aprofundar o debate sobre as necessidades energéticas e os benefícios do comércio de energia, e sua relação com a situação concreta das pessoas. As ONGs têm recebido mais pedidos para dar oficinas de formação sobre energia e os impactos da hidrelétrica. Muitos representantes de comunidades começam a entender a aparente complexidade dos números e cálculos, e apresentam argumentos próprios para sustentar a questão fundamental de “comércio de energia ou nossas vidas”.

Na Tailândia, os movimentos também ganharam força por causa da campanha sobre as represas previstas para Tailândia-Laos. Duas das sete propostas devem ser implementadas ao longo das fronteiras dos dois países, a saber, as hidrelétricas de Ban Khoum e Pak Chom, de forma que as comunidades podem reagir diretamente como partes afetadas.

Recentemente, a empresa Energy Absolute Plc pediu permissão a uma província do nordeste tailandês para fazer um levantamento das áreas impactadas pela hidrelétrica de Ban Khoum. O projeto de 69,6 bilhões de bahts (cerca de 2 bilhões de dólares) gerará 1.079 MW de energia, mas afetaria cerca de 250 mil pessoas na Tailândia e no Laos. Em 7 de fevereiro de 2022, um grupo de conservação do Mekong, com sede na província de Ubon Rachathani, no nordeste da Tailândia, apresentou uma petição ao governador da província pedindo que reconsiderasse a licença da empresa para realizar um levantamento da área, devido às graves preocupações sobre os impactos potenciais do projeto.

Em 13 de fevereiro, o governador enviou uma carta ao grupo de conservação e à empresa, instruindo a Energy Absolute Plc a suspender seu levantamento porque ainda não há informações sobre um marco de cooperação entre Tailândia e Laos nesse projeto.

As comunidades tailandesas conseguiram adiar o processo na Tailândia, pelo menos por um tempo. No entanto, havia uma pesquisa semelhante em andamento no lado laosiano da fronteira, sobre o anúncio de um memorando de entendimento entre empresas na Tailândia e no Laos e o governo deste, para um estudo de viabilidade dessas barragens a partir de 29 de julho de 2020. De acordo com o memorando, o grupo planejava terminar o estudo de viabilidade das represas em dois anos.

Os movimentos contra as grandes hidrelétricas do Mekong poderiam perceber esse enfrentamento como a luta final antes que o rio fique devastado demais. Nem se sabe se todas as sete represas poderiam ser construídas, com a situação de seca grave no rio, já que todas precisam das águas do Mekong para gerar energia. No entanto, neste momento decisivo, esperamos que os atuais problemas e o conhecimento que as pessoas adquiriram

nas últimas três décadas lhes permitam construir uma mobilização mais robusta e uma rede mais abrangente.

Esta pode ser a oportunidade para que as comunidades, pelo menos uma vez, coloquem a mobilização de volta nos trilhos e consigam salvar algumas partes do rio e de suas vidas.

Premrudee Daoroung

Projeto SEVANA Sudeste Asiático

(1) Vídeo com legendas em inglês sobre uma comunidade tailandesa de pescadores, na província de Ubon Rachathani, que apresentou a petição contra o levantamento a ser feito pela empresa na represa de Ban Khoum. Assista o vídeo: <https://youtu.be/kCDYwNO7fhk>

Desertos verdes: avanço das monoculturas do dendê na Amazônia Paraense

O dendê no Brasil está se expandindo rapidamente, principalmente no estado amazônico do Pará. A BBF (Brasil BioFuels), a maior empresa do dendê do Brasil, é acusada de crimes ambientais e violência contra comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, como Virgílio Serrão Sacramento, comunidade ligada ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A violência no campo em solo paraense na Amazônia brasileira ocorre de maneira sistemática ao longo do século 20 em nome de um ‘desenvolvimento nacional’, no qual as populações que habitavam este território, não estavam e até hoje não estão inseridas. Esse ‘desenvolvimento’ avança matando, envenenando e expulsando as populações locais de forma truculenta e ainda em pleno século 21. Na região do baixo Tocantins essa violência se apresenta através do monocultivo do dendê, que chegou na região na década de 1980. Desde sua chegada, o dendê e as empresas que exploram o ramo de plantio da palma tem uma trajetória de assassinatos, crimes trabalhistas, violações de direitos humanos e tantas outras crueldades que foram trazidas em nome desse ‘desenvolvimento’. E, apesar de todo esse histórico de violência nos territórios camponeses, quilombolas e indígenas, as empresas afirmam que elas produzem energia e óleo de dendê ‘sustentável’.

A Biopalma da Amazônia SA, empresa da Vale - uma das maiores mineradoras do mundo - em sociedade com o Grupo MSP, construiu sua primeira usina extratora de palma (dendê) em 2012. A usina fica no município de Moju, a 150 km de Belém, estado do Pará. O investimento total do projeto foi de US\$ 500 milhões, informou a Vale.

A Biopalma foi vendida ao grupo BBF (Brasil BioFuels) em 2020. A BBF tornou-se, segundo seu site, a maior produtora de óleo de palma da América Latina e tem planos de expansão do cultivo de dendê nos estados de Roraima e Pará. (1) Com a aquisição da Biopalma, a BBF passa a controlar uma área plantada maior que 63 mil hectares, das quais 7 mil hectares são de parceiros da agricultura familiar. A BBF atua em todas as etapas do processo de produção, desde o cultivo de dendê até a geração de energia elétrica em usinas termelétricas.

O processo de compra foi contestado em ação na Justiça do Rio de Janeiro movida pela empresa Marborges Agroindústria, interessada na transparência do ato de concentração. A empresa cita no processo, conforme ‘noticiado na mídia’, que a BBF teria pago 1 real pela Biopalma, frente a uma proposta não solicitada da Marborges de pagamento de 20 milhões de reais (mais de US\$ 4 milhões), sem a necessidade de qualquer aporte

financeiro pela Vale e com a assunção de todas as contingências da empresa produtora de palma.

Foi justamente neste período em meio a um contexto de pandemia que essa empresa, comandada por investimentos estrangeiros, expandiu os plantios de dendê sobre áreas de comunidades camponesas como Virgílio Serrão Sacramento localizada em Moju, Pará.

Impactos e conflitos

De acordo com o jornal O Liberal de 05 de abril do 2022, a empresa BBF, “comandada por Milton Steagall, que responde a dezenas de processos na Justiça, tanto na esfera cível quanto criminal, recebeu novas acusações. O Ministério Público Federal (MPF) aponta uma série de irregularidades promovidas pela BBF que atua em áreas de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, sem o devido processo legal de licenciamento para uma empresa do ramo de biodiesel. Além das atividades irregulares, a empresa é acusada de crimes ambientais, intimidação e violência contra comunidades.”

(2) O Ministério destacou, de acordo com o jornal, entre outras questões, que a Terra Indígena Turé Mariquita está estrangulada por plantações da empresa, sem uma zona de amortecimento que deveria existir de pelo menos 10 quilômetros de distância entre os cultivos e a área indígena e registrou várias denúncias de contaminação (3). A mesma situação aflige duas comunidades quilombolas, também cercadas por plantações de dendê: a comunidade Alto Acará e a Nova Betel. De acordo com o Ministério Público Federal, “Tanto no caso da Terra Indígena Turé Mariquita quanto das comunidades quilombolas, há ainda áreas compradas pela empresa que são, na verdade, território reivindicado por quilombolas e indígenas.” (4) Da mesma forma, em abril de 2022, as comunidades quilombolas de Bujaru e Concórdia, também localizadas no Pará, denunciaram em uma carta aberta a forte contaminação e seca do rio Bujaru devido às operações da empresa BBF. (5)

É neste contexto que os camponeses e camponesas ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no município de Moju na comunidade Virgílio Serrão Sacramento, foram surpreendidos no 23 de março de 2022, com um oficial de justiça da vara agrária de Castanhal para entregar uma intimação com pedido de liminar e reintegração de posse feita contra eles pela empresa BBF.

Desde o final de 2015 as famílias moram e ocupam a área de forma mansa e pacífica, realizando atividades agrícolas com respeito ao meio ambiente. A renda familiar é proveniente da comercialização de suas produções como: farinha de mandioca e seus derivados, castanha-do-pará, açaí, pupunha, cacau, milho, feijão, arroz, maracujá, pimenta do reino, criações de galinha, patos e suínos. Ou seja, a terra garante dignidade e

renda para as 38 famílias da comunidade que vivem do trabalho na terra. Temos na comunidade 13 casas de farinha onde é feita a farinha de mandioca de forma coletiva, em média cada família produz 30 pacotes de farinha por mês (cada pacote tem 60 quilos). Na comunidade existe um viveiro de mudas onde já foram produzidas mais de 26 mil mudas de açaí que já foram plantadas nos lotes e também produzidas 30 mil mudas de cacau, todo trabalho é feito de forma coletiva e com recursos dos próprios agricultores.

As famílias que moram na comunidade “Assentamento Virgílio Serrão Sacramento” têm um histórico de luta pelo reconhecimento de sua terra e exigindo do ITERPA (o Instituto de Terras do Pará) vistoria na área para prosseguir com a regularização fundiária em favor das famílias. Segundo levantamentos feitos pelo movimento, não incidem títulos de propriedades particulares na área ocupada, ou seja, pertencendo ao patrimônio público do Estado do Pará. Este histórico pode ser comprovado através de fotos, atas de reuniões e ocupações realizadas na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do ITERPA em Belém. As famílias da comunidade sempre denunciaram as intimidações e ameaças feitas por funcionários dessa empresa do monocultivo do dendê através de drones e caminhonetes percorrendo a área. Sempre tentam identificar as lideranças amedrontando as famílias para abandonarem o local. Por isso, o movimento e as famílias sempre pediram para que o ITERPA se manifeste, o que não ocorreu até o início da pandemia causada pelo Covid-19.

Em dezembro de 2020, agindo de forma sorrateira e agressiva, a empresa BioPalma (agora BBF) entrou na área em um carro com 2 seguranças e um funcionário tirando fotos das casas, plantios e das famílias dizendo que a empresa era dona da área e que deveríamos nos retirar do local. Durante esse período estávamos atravessando um dos picos da pandemia, com diversos familiares doentes e fragilizados. Foi neste contexto que a empresa entrou na justiça pedindo uma reintegração de posse contra as famílias.

A empresa usa de argumentos mentirosos para tentar incriminar o movimento e as famílias que moram na comunidade, dizendo que estamos em uma área que pertence a eles e estaríamos praticando crimes ambientais como derrubadas e extração ilegal de madeira. Além disso, tentam nos acusar de estar ameaçando funcionários da empresa com terçados.

Todas essas acusações e mentiras ferem nossa dignidade, princípio e valores, pois nenhum desses atos foi cometido ao longo desses anos. Nunca ninguém na área foi autuado com esse tipo de ação, o que é comprovado pelo ofício do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) acostado no processo sobre desmatamento nos últimos anos na área da comunidade, pelo contrário realizamos

diversas atividades de conscientização e responsabilidade ambiental com plantios de árvores e frutíferas para recuperação da floresta.

Repudiamos a ação criminosa e desumana dessa empresa que vem grilando terras no estado do Pará, cometendo crimes ambientais, violando direitos trabalhistas e causando danos irreparáveis aos nossos rios, igarapés e nascentes em nossa região. (6)

Expansão do dendê na Amazônia: mais destruição e grilagem de terras

A área cultivada no Brasil com dendê aumentou cerca de 60% nos últimos dez anos. A maior parte da expansão está concentrada no estado amazônico do Pará. Segundo estudo recente da Chain Reaction Research, a BBF, a maior empresa do dendê do Brasil, tem 128 mil hectares de terras controladas. Fornece principalmente para as seguintes empresas: Bunge, Cargill, General Mills, Grupo Bimbo, Hershey's, Kellogg's, Mondelez, Nestlé e Unilever. Nos últimos anos, a BBF foi considerada responsável por 667 hectares de desmatamento, apesar dos compromissos da indústria e autoridades de expandir o dendezeiro apenas em áreas desmatadas antes de 2008. A maioria dos 667 hectares foi desmatada em 2019 e 2020. Um pico de 165 alertas de incêndio foi detectado nas plantações de dendê da BBF em 2020. (7)

A BBF tem quase 70 mil hectares plantados em Roraima e Pará, mas já existem áreas mapeadas para cultivo em Rondônia, no Amazonas e na Ilha do Marajó, onde o cultivo já tem financiamento internacional garantido, segundo o CEO da BBF, Milton Steagall. (8)

Em dezembro 2021, a Brasil BioFuels (BBF) e a Vibra Energía - maior distribuidora de biocombustíveis do Brasil - anunciaram planos para construir uma refinaria de 'diesel verde' em Manaus, capital do estado do Amazonas. A refinaria de Manaus ainda não tem licença ambiental, mas pretende-se investir R\$ 1,8 bilhão (US\$378 milhões de dólares) para entrar em operação em 2025. Para atingir o volume de produção necessário, a BBF planeja plantar 120 mil hectares de dendê até 2026, em áreas ainda a definir. Isso aumentaria a área dedicada ao dendê no Brasil em aproximadamente 60%. (9) A Vibra Energía, anteriormente conhecida como Petrobras Distribuidora SA, concordou em vender combustível de aviação a ser produzido na refinaria de Manaus da BBF, que já estava preparada para fornecer à empresa diesel renovável. (10) A estratégia, afirmou Steagall, é cultivar a palma em áreas remotas e transportar o óleo com o apoio da Vibra, que tem experiência no transporte hidroviário, o que também ajuda a reduzir custos. (11)

A expansão do dendezeiro na Amazônia brasileira por empresas como a BBF tem sido associada ao desrespeito aos direitos dos Povos Indígenas e comunidades camponesas e quilombolas. Alegações recentes incluem a contaminação de rios e solos e danos aos

meios de subsistência e à saúde dos povos. Numerosos conflitos de direitos à terra foram documentados. (12)

As famílias que moram na comunidade Assentamento Virgílio Serrão Sacramento evidenciamos que está em curso um projeto de destruição na Amazônia e que a justiça muitas vezes acaba ficando de olhos vendados aos crimes dos poderosos.

Iremos continuar na luta pela terra, trabalho e justiça, e não iremos nos acovardar diante dos poderosos que tentam nos matar.

Mateus, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pará, Brasil

- (1) BBF, quem somos, <https://www.brasilbiofuels.com.br/quem-somos/>
- (2) O Liberal, MPF reforça acusações contra Brasil Bio Fuels, 2022, <https://www.oliberal.com/para/mpf-aponta-risco-de-violencia-em-conflito-entre-bbf-e-comunidades-indigenas-e-quilombolas-no-para-1.519249>
- (3) Repórter Brasil, O dendê na mira da lei, 2015, https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/o_dende_na_mira_da_lei.pdf
- (4) Ministério Público Federal, MPF aponta risco de violência em conflito entre BBF e comunidades indígenas e quilombolas no Pará, 2022, <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-aponta-risco-de-violencia-em-conflito-entre-bbf-e-comunidades-indigenas-e-quilombolas-no-para>
- (5) Combate Racismo Ambiental, Carta Aberta: As Comunidades Quilombolas de Bujaru e Concórdia do Pará pedem Socorro!, 2022, <https://racismoambiental.net.br/2022/04/16/carta-aberta-as-comunidades-quilombolas-de-bujaru-e-concordia-do-para-pedem-socorro/#:~:text=Main%20menu,Carta%20Aberta%3A%20As%20Comunidades%20Quilombolas%20de%20Bujaru,Conc%C3%B3rdia%20do%20Par%C3%A1%20pedem%20Socorro!&text=%E2%80%9CAs%20Comunidades%20Quilombolas%20de%20Bujar%20do%20rio%20de%20Bujaru%20com%20envenenamentos>
- (6) Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, Camponeses que ocupam área a mais de 7 anos organizaram uma nota de repúdio e de esclarecimento, leia na íntegra, 2022, <https://mpabrasil.org.br/noticias/biopalma-volta-a-ameacar-camponeses-no-para-agora-intimando-reintegracao-de-posse/>
- (7) Chain Reaction Research, Latin American Palm Oil Linked to Social Risks, Local Deforestation, dezembro 2021, <https://profundo.nl/download/crr211209>
- (8) Valor internacional, Brazil will have first green diesel plant, novembro 2021, <https://valorinternacional.globo.com/agribusiness/news/2021/11/23/brazil-will-have-first-green-diesel-plant.ghtml>
- (9) Farmlandgrab, Aceite de palma: ¿combustible sostenible o riesgo de deforestación?, 2022, <https://www.farmlandgrab.org/post/view/30854-aceite-de-palma-combustible-sostenible-o-riesgo-de-deforestacion>
- (10) Brasil Biofuels, Brazil's Vibra taps deal to move into palm oil-based aviation fuel, 2022, <https://www.brasilbiofuels.com.br/en/brazils-vibra-taps-deal-to-move-into-palm-oil-based-aviation-fuel/>
- (11) Idem (8)
- (12) Idem (4)

A expansão das empresas de celulose e papel APP e APRIL na Indonésia: mais desmatamento e violência

Mais de 10 milhões de hectares na Indonésia são controlados pela indústria de celulose e papel, principalmente por duas grandes corporações: APP e APRIL. Apesar dos compromissos das empresas com a proteção de florestas e turfeiras, ambas continuam associadas a desmatamento, incêndios florestais e um modelo de negócios de violência, criminalização e expropriação de comunidades florestais.

O histórico das empresas de papel e celulose está bem documentado e inclui muito desmatamento, drenagem de turfeiras, incêndios florestais graves, conflitos agrários, além de criminalização e intimidação de ativistas de base na Indonésia. A ONG WALHI tem um longo histórico de campanhas contra a expansão das plantações industriais de árvores, apoio às comunidades que resistem às empresas de plantação, para que reivindiquem seus direitos à terra e espaços de vida saudáveis, bem como de defesa de leis nacionais para a proteção de florestas e terras das comunidades no país.

Mais de 10 milhões de hectares são controlados atualmente pela indústria de papel e celulose, principalmente por duas corporações gigantes: Asia Pulp and Paper (APP – a divisão de papel e celulose do grupo Sinar Mas) e Asia Pacific Resources International Limitada (APRIL). Com o apoio abundante de estruturas estatais e financiamento nacional e multinacional ininterrupto, o negócio das empresas de plantações na Indonésia mantém seu poder econômico e político. (1)

De acordo com os dados coletados pela WALHI em 2018, as concessões da APP incidem sobre 668 povoados e as da APRIL, sobre 114. Os conflitos de terra são o problema mais comum, assim como a criminalização de ativistas ambientais e de direitos humanos. E os problemas não dizem respeito apenas às plantações industriais já estabelecidas.

Apesar das alegações “verdes” das empresas, que dizem proteger florestas e turfeiras, ambas têm sido associadas ao desmatamento. As árvores derrubadas alimentam suas grandes fábricas de celulose, e as florestas se transformam em plantações. Uma coalizão indonésia de ONGs ambientais expôs o amplo desmatamento causado pela APP em 2008 e 2011. Em 2018, o Greenpeace informou que, desde que a APP lançou sua “Política de Conservação Florestal”, em 2013, quase 8 mil hectares foram desmatados por empresas controladas pela empresa. Outro relatório de 2019 mostrou como a APP estava adquirindo madeira de uma empresa envolvida em desmatamento em grande escala, seguido de um

relatório de 2020 expondo a destruição de turfeiras por empresas relacionadas à APP, mesmo durante o surto de Covid-19. (2) Da mesma forma, por um caminho semelhante, a APRIL foi denunciada em 2020 por supostamente descumprir seu próprio compromisso com o “desmatamento zero” ao adquirir madeira de uma empresa que desmata florestas na parte indonésia de Bornéu. (3)

As comunidades florestais não só têm seus territórios confiscados e destruídos, e suas vidas violadas, como também sofrem os impactos dos incêndios florestais decorrentes da expansão das indústrias de celulose e papel e de óleo de dendê (palma). A APP e a APRIL supostamente contribuíram para grandes incêndios florestais e terrestres, fazendo com que os moradores tivessem Infecções Respiratórias Agudas. O número de vítimas chegou a 20.471 em Jambi, 15.138 em Kalimantan Central, 28.000 em Sumatra do Sul e 10.010 em Kalimantan Ocidental. (4)

As plantações de árvores da APP: devastação, violência e criminalização

O grupo Sinar Mas é um dos maiores conglomerados da Indonésia e está envolvido no desmatamento de florestas e na destruição de turfeiras para seus vários negócios, incluindo a APP, que é a maior produtora de celulose e papel do país.

A APP controla 2,6 milhões de hectares na Indonésia, distribuídos por cinco províncias: Riau, Jambi, Sumatra do Sul, Kalimantan Ocidental e Kalimantan Oriental. (5) A empresa opera através de 31 filiais nas diferentes províncias. Essas grandes áreas cobertas por plantações industriais de árvores, principalmente de acácia, causam graves danos sociais e ambientais às pessoas que vivem dentro e próximo às concessões – com prejuízos inimagináveis.

Na província de Jambi, a APP tem três subsidiárias: PT. Wirakarya Sakti (WKS), PT. Rimba Hutani Mas (RHM) e Tebo Multi Agro (TMA). As plantações dessas empresas estão localizadas nas cinco regências de Tanjung Jabung Barat, Tanjung Jabung Timur, Muaro Jambi, Batanghari e Tebo. Existem 120 povoados afetados pelas atividades dessas empresas em Jambi, e vários conflitos ativos – a maioria relacionados a disputas de terra. Em Sumatra do Sul, a APP administra sua segunda maior área de concessão na Indonésia, de cerca de 789 mil hectares, bem como uma grande fábrica de celulose, impactando pelo menos 80 povoados. (6)

Para encobrir seu histórico de violência, a APP lançou campanhas e assumiu compromissos de “restauração florestal” ao mesmo tempo em que simplesmente ignora os crimes sociais e ambientais, os conflitos e as graves violações dos direitos humanos pelos quais é responsável. As críticas generalizadas e a oposição das comunidades

levaram a APP a lançar uma Política de Conservação Florestal em fevereiro de 2013. Essa Política incluiu um compromisso com o “desmatamento zero”, incluindo uma moratória imediata sobre a extração de madeira em florestas e turfeiras, estendida a todos os seus fornecedores. A Política afirma que a empresa deve proteger áreas de alto valor de conservação (HCV) e florestas com elevado estoque de carbono (HCS) e reconhece que Povos Indígenas e comunidades locais podem ter direitos consuetudinários sobre terras que coincidem com suas plantações de celulose. (7)

No entanto, um relatório de 2019, feito por uma coalizão de organizações indonésias, incluindo WALHI e a Environmental Paper Network, concluiu que a APP está envolvida em centenas de conflitos com comunidades nas cinco províncias. (8)

Em 2015, apenas dois anos após o lançamento da Política, Indra Pelani, agricultora local e ativista central na luta pela recuperação de terras apropriadas pela APP na província de Jambi, foi torturada e morta por seguranças contratados pela WKS, fornecedora controlada pela APP. (9)

Em março de 2020, a WKS usou drones para pulverizar herbicidas e envenenar as plantações dos moradores dos povoados em Sumatra, resultando em grandes perdas para os agricultores. Moradores de Lubuk Mandarsah denunciaram que a empresa enviou agentes de segurança de porta em porta para assustá-los e fazer com que deixassem a região, como uma tática de intimidação. Esse povoado está em conflito com a empresa para recuperar suas terras desde 2007. (10) Em outubro de 2021, dois moradores que estavam limpando a terra de um membro do sindicato de agricultores Sekato Jaya – criado em 2013 para organizar a resistência com vistas a recuperar terras – foram presos por seguranças da empresa.

Além dos conflitos e da criminalização de ativistas, as empresas de papel e celulose continuam destruindo florestas e turfeiras. Em Kalimantan Ocidental, existem 41 madeiras, com uma área de 1.901.491 hectares, dos quais 302.498,59 são de turfeiras. Da mesma forma, em Riau, 803.708 hectares de concessões de empresas afiliadas à APP estão localizados em turfeiras.

Com base em uma avaliação feita pela WALHI de Kalimantan Ocidental, existem três padrões de negócios das empresas de plantações de madeira:

- 1) As licenças concedidas cobrem áreas de alto potencial madeireiro natural (florestas),
- 2) A concessão de licenças ignora turfeiras e habitats de animais protegidos e
- 3) Há indícios de que as empresas estejam fazendo “banco de terras”, já que a área das licenças concedidas não corresponde à área de plantio. (11)

Enquanto as plantações estabelecidas representam apenas 45% da área planejada, a capacidade das fábricas de celulose está aumentando. As florestas tornam-se, então, alvos para suprir a escassez de matéria-prima e atender à demanda das fábricas de celulose, em processo de expansão.

Em Sumatra do Sul, a já enorme fábrica de papel da APP, Ogan Komering Ilir (OKI), deve triplicar de tamanho, o que certamente terá consequências devastadoras para as pessoas e o meio ambiente, principalmente as turfeiras. A escalada de conflitos de terra, incêndios florestais e a forte ameaça às florestas serão consequências certas no futuro próximo. Esse plano de expansão também pode pressionar todas as subsidiárias de plantações industriais de árvores, pois a demanda aumentará muito. Isso, no final das contas, elevará a pressão para ignorar ainda mais os compromissos sociais e ambientais, bem como as regras e legislações existentes.

Além disso, as atividades de “restauração florestal” em grande escala na verdade prolongam a cadeia de conflitos. São outra forma de expropriar florestas pertencentes a Povos Indígenas e comunidades locais na Indonésia. As afirmações “verdes” e “sustentáveis” da APP não passam de uma agenda de lavagem verde e uma estratégia para melhorar a imagem da empresa. A restauração de áreas com funções importantes e críticas, dentro e fora das concessões da empresa, é de *responsabilidade* das próprias permissionárias, incluindo APP e APRIL.

APRIL: fazendo lavagem verde em sua expansão

A APRIL é a segunda maior produtora de celulose e papel da Indonésia e opera uma das maiores fábricas de papel do mundo, na província de Riau, em Sumatra, a Riau Andalan Pulp & Paper (RAPP). Do 1 milhão de hectares de terras que o Grupo APRIL administra, 480 mil são usados para plantações. Entre 2008 e 2011, os fornecedores da empresa desmataram pelo menos 140 mil hectares de florestas, principalmente para atender à demanda de madeira das fábricas de celulose da APRIL. (12)

A ONG indonésia JIKALAHARI, assim como a WALHI, contestou a afirmação da APRIL, que diz ter restaurado 58,21 hectares e aumentado a presença de 42 espécies de flora e fauna com seu programa de Restauração do Ecossistema Riau (RER). A APRIL afirma que o aumento de espécies nas concessões do RER, que cobrem uma área de 130.789 hectares, indica que as florestas recuperaram sua biodiversidade. No entanto, as atividades de 11 empresas afiliadas à APRIL, que cobrem uma área de 242.692 hectares na Península de Kampar, incluindo turfeiras, destruíram mais flora e fauna ao converter essas áreas em plantações de acácia e eucalipto. (13)

Desde 2002, a Península de Kampar foi lentamente destruída devido às atividades da APRIL. Nove de suas 11 afiliadas na Península estiveram envolvidas em corrupção ao subornar o regente de Pelalawan para obter licenças e cortar florestas. (14)

A APRIL também se comprometeu a restaurar 433,49 hectares de turfa queimados em 2015, o que atende à legislação, mas nunca cumpriu a promessa. Em vez disso, foi à justiça contra o governo para que as áreas queimadas não fossem consideradas como tendo funções de proteção de turfa. A APRIL também planeja expandir suas operações de fabricação de celulose na província de Riau, em Sumatra, até 2025. Estima-se que a expansão da fábrica, se totalmente implementada, aumentaria o consumo anual de madeira da APRIL na Indonésia em mais de 50%. (15)

Portanto, as campanhas e programas de “restauração” da APRIL são também uma tentativa de enganar o público e continuar expandindo sua destruição.

O “direito ao carbono”: outro mecanismo de apropriação de terras

Em 2021, o decreto presidencial nº 98, relativo à Implementação dos Valores Econômicos do Carbono, estabeleceu que a concessão do direito ao carbono é prerrogativa do Estado (*Hak Menguasai Negara*, em bahasa indonésio). Isso significa que cada entidade licenciada que queira operar no comércio de carbono deve ser (não) regulada por meio de um mecanismo de mercado. As que têm mais acesso à obtenção e à gestão dos direitos de carbono estão no setor corporativo, ampliado por seu capital, seu networking, seu conhecimento de mercado, etc. A classificação do “direito ao carbono” como “prerrogativa do Estado” é um ataque aos Povos e comunidades locais que têm convivido, protegido, administrado e tido a posse de suas florestas tradicionais por gerações. Essa é uma ameaça direta de apropriação de terras, pois mais empresas propõem Licenças de Restauração de Ecossistemas para obter “o direito ao carbono” e promover sua imagem no mercado mundial, enquanto obtêm lucros abundantes com o comércio de carbono e o controle da terra.

Os compromissos ambientais, “verdes” e de sustentabilidade assumidos pela indústria de celulose e papel, principalmente a APP e a APRIL, são falsos e fazem parte de uma promoção de imagem política ou um *artifício* de mercado voltados a maximizar seus lucros. Esses compromissos visam apenas satisfazer a consciência dos consumidores e investidores para que continuem comprando e investindo, e permitem que as mesmas práticas destrutivas continuem e se ampliem, ao mesmo tempo em que possibilitam várias atividades ilegais e violações de direitos humanos. Não podemos confiar em esquemas de mercado e instrumentos voluntários. A impunidade dos crimes das empresas deve acabar agora.

Uli Arta Siagian

Campainha de Florestas e Plantações dos Amigos da Terra Nacionais Indonésia/WALHI

<https://www.walhi.or.id/>

- (1) WALHI, Pernyataan Sikap WALHI, Selembar Kertas dan Jejak Kejahatan Korporasi dari Hulu hingga Hilir, Jejak Pelanggaran Hukum dan HAM APP-Sinar Mas group Ditemukan dalam Selembar Kertas, <https://www.walhi.or.id/berita/2020/10/10/20201010-01>
- (2) Bank Track, Asia Pulp and Paper (APP), https://www.banktrack.org/company/asia_pulp_and_paper/0/sinar_mas
- (3) Mongabay, Paper giant APRIL linked to Borneo forest clearing despite zero-deforestation vow, October 2020, <https://news.mongabay.com/2020/10/pulp-paper-april-zero-deforestation-borneo-adindo-hutani-lestari/>
- (4) Mongabay, Walhi: Berikut Korporasi-korporasi di Balik Kebakaran Hutan dan Lahan Itu, 2015, <https://www.mongabay.co.id/2015/10/06/berikut-korporasi-korporasi-di-balik-kebakaran-hutan-dan-lahan-itu/>
- (5) Idem (1)
- (6) Conflict Plantations. Revealing Asia Pulp & Paper's trail of disputes across Indonesia, <https://environmentalpaper.org/wp-content/uploads/2020/03/APP-social-conflicts-mapping.pdf>
- (7) Idem (2)
- (8) Idem (4)
- (9) WALHI, Selembar Kertas dan Jejak Kejahatan Korporasi, https://www.walhi.or.id/wp-content/uploads/2018/08/Final_3_Briefing-Paper-Wahana-Lingkungan-Hidup-Indonesia.pdf
- (10) Environmental Paper Network, Social conflict, abuses and intimidation in the Jambi region, Indonesia – a chronology of pulp industry actions and events, <https://environmentalpaper.org/wp-content/uploads/2020/06/Chronology-of-abuses-APP-WKS-Jambi-2020.pdf>
- (11) Idem (9)
- (12) Environmental Paper Network, Asia Pacific Resources International Limited (APRIL), <https://environmentalpaper.org/april/>
- (13) Jikalabari, APRIL Membunuh Lebih Banyak Spesies Di Semenanjung Kampar, 2019, <https://jikalahari.or.id/kabar/april-membunuh-lebih-banyak-spesies-di-semenanjung-kampar/>
- (14) Idem (9)
- (15) Mongabay, Paper giants' expansion plans raise fears of greater deforestation in Indonesia, October 2021, <https://news.mongabay.com/2021/10/paper-giants-xpansion-plans-raise-fears-of-greater-deforestation-in-indonesia/>

Comunidades resistindo contra a impunidade e os impactos das empresas de plantação de óleo de palma no Equador: casos em Esmeraldas

Atualmente, existem 270 mil hectares de terras com plantações de dendezeiros no Equador, sendo que a região de maior expansão é Esmeraldas. Os constantes processos de resistência das comunidades La Chiquita, Guadualito e Barranquilla de San Javier continuam gerando indignação e solidariedade entre os povos e internacionalmente.

O Equador ocupa o quarto lugar na América Latina na produção de óleo de palma (dendê) bruto. As plantações de dendezeiros chegam a quase 300 mil hectares. E por trás desses números, há um histórico de apropriação de territórios e violação de direitos.

As primeiras plantações começaram na costa central do país. Devido aos níveis de precipitação e temperatura, a melhor região para a produção está entre Quinindé e La Concordia. Essa área é conhecida como “Bloco Ocidental” e, em 2005, representava 83% da superfície total plantada com dendezeiros. A maior produção está localizada em Quinindé, província de Esmeraldas.

Por sua vez, em 1978, dois grandes produtores de dendê receberam, do Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC), títulos de 10 mil hectares cada um na Amazônia equatoriana, nas províncias de Orellana e Sucumbíos. Os latifundiários ignoraram a presença dos indígenas quéchua e siona-secoya, e os usos que eles faziam das florestas. No entanto, no censo do dendê de 2005, foram contabilizados 15.187 hectares de plantações no “Bloco Oriental”, o que sugere que os 20 mil hectares, na época do censo, não teriam sido totalmente cultivados. (1)

A grande expansão das plantações de dendezeiros começou por volta de 1998, no extremo norte da província de Esmeraldas, em uma região conhecida como San Lorenzo, parte da biorregião de Chocó, que se estende do Panamá ao Equador. Os investidores foram atraídos pelo esgotamento dos solos nas outras regiões, e era mais barato para os plantadores de dendê comprar terras novas do que tentar recuperar as terras empobrecidas por essa monocultura. No norte de Esmeraldas, eles tinham solo bom, temperaturas ideais e mão de obra barata. (2)

Nesse processo de expansão, o papel do Estado tem sido o de facilitar o acesso das empresas à terra, seja permitindo a mudança nos usos do solo, fazendo concessões diretas ou ignorando a propriedade ancestral e, na última década, dando incentivos e crédito para

o estabelecimento de plantações. A Lei da Reforma Agrária da década de 1960 incentivou esse processo. Se uma pessoa quisesse que o Estado lhe concedesse uma fazenda na qual morasse há anos, teria que demonstrar que a propriedade era produtiva ou que estava desocupada e era potencialmente produtiva. Isso era feito desmatando-se pelo menos 50% dessa área. O que essa política fez foi incentivar o desmatamento no país.

A partir de 2000, tiveram início incentivos e políticas de Estado que incentivam a expansão do dendê, principalmente o Decreto Executivo 2.691 de 2002, do ex-presidente Gustavo Noboa, sobre mudança no uso do solo, pelo qual 50 mil hectares da floresta de Chocó passavam a ser considerados de uso agrícola. (3) Isso incentivou as empresas de madeira e dendê a instalar suas plantações em terras indígenas, camponesas e afro-equatorianas, consideradas pelo Estado como “terras desocupadas”.

A partir de 2003, as empresas Palmeras del Pacífico e Energy & Palm começaram a comprar terras em territórios comunais, violando a Constituição de 1998, a Lei de Terras, a Convenção 169 da OIT e outros tratados internacionais sobre Territórios e direitos coletivos.

A estratégia das empresas consistia em abordar individualmente moradores das comunas para lhes comprar as terras. Um advogado da empresa realizava os procedimentos correspondentes no INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) para outorgar títulos individuais, rompendo a organização coletiva da terra. Essa mesma estratégia foi aplicada aos territórios coletivos titulados, uma vez que o Estado, descumprindo a Convenção 169 da OIT, até o momento não elaborou um cadastro nos territórios coletivos para garantir seus direitos. Foram esses acordos individuais que, juntos, permitiram que as empresas adquirissem grandes extensões de terra.

Da mesma forma, a nova lei de fomento ao dendê, elaborada pelo agronegócio e para os produtores, deixa de fora as comunidades e a natureza.

Atualmente, existem 270 mil hectares de terras com plantações de dendezeiros no Equador, sendo que a região de maior expansão é Esmeraldas, com 118 mil hectares. Metade do total de óleo produzido no Equador – cerca de 500 mil toneladas por ano – é destinada ao uso interno e a outra metade é exportada para a União Europeia e países da região, como México ou Colômbia.

O planejamento da expansão futura está focado na Amazônia, onde o desmatamento vem preparando o terreno para a entrada dos produtores de dendê.

Impactos em territórios e comunidades

Os impactos da monocultura de dendê ocorrem durante todo o processo: começam com o desmatamento e a expropriação de terras, continuam com o estabelecimento de plantações de dendezeiros na forma de grandes monoculturas, e aumentam com a instalação das máquinas extratoras de óleo.

A contaminação dos solos e da água devido ao uso de grandes quantidades de agrotóxicos nas plantações afeta não só o meio ambiente, mas também as populações cuja sobrevivência depende desses mananciais.

Para beneficiar o fruto do dendê, é necessário instalar plantas de extração não muito distantes da plantação, pois o fruto deve ser processado logo após a colheita. As extratoras emitem substâncias poluentes e gases pestilentos para o meio ambiente. Durante uma visita à comunidade de El Guineo, na província de Guayas, a sensação é de não poder respirar. A extratora foi instalada na cidade, ao lado da escola. Como de costume, ninguém mantém estatísticas oficiais sobre os impactos dessas operações sobre a saúde, mas comprovamos que as crianças tinham mau desempenho escolar porque o mau cheiro é insuportável, a ponto de afetar a saúde.

Além disso, as extratoras emitem efluentes líquidos que, em alguns casos, são despejados em rios e córregos, quase sem tratamento. Após visitas e investigações sobre essas extratoras no Equador feitas pela ONG Acción Ecológica, não se conhece um único caso em que os cursos d'água próximos não estejam contaminados. Os peixes morrem ou diminuem em número, e os que permanecem são contaminados.

Os resíduos sólidos das extratoras às vezes são colocados ao redor das copas dos dendezeiros, no campo, mas outras vezes são empilhados nos campos. Eles produzem moscas-varejeiras que são muito irritantes, picam o gado e pessoas, além de percorrer longas distâncias, afetando populações vizinhas.

Outro impacto tem a ver com os direitos dos trabalhadores, área em que as irregularidades são moeda corrente. Não há segurança para as mulheres no trabalho. Em uma visita, uma companheira comentou sobre uma violação sexual que ocorreu dentro da plantação. Não houve investigação nem boletim de ocorrência. A única medida que a empresa tomou foi demitir a trabalhadora agredida e não contratar mais mulheres. Esses casos são muito constrangedores para as mulheres e, além disso, sabe-se de antemão que nada vai acontecer para protegê-las, razão pela qual elas muitas vezes decidem nem contar. Outra acusação é que, ao demitir funcionários, a empresa nem sempre lhes paga a indenização correspondente. Em abril de 2022, a Energy & Palm enfrentou uma greve de trabalhadores que denunciavam uma distribuição da produtividade irregular e fora do que

a lei prevê. Diante desse fato, a empresa concordou em aumentar um pouco os valores, mas impôs sanções aos trabalhadores que lideraram a greve.

Por outro lado, a forma como as empresas obtiveram a terra implicou a criação de um sistema de corrupção fomentado pelas grandes empresas de dendê, tanto em nível governamental quanto nas comunidades.

Os líderes comunitários temem por suas vidas sempre que uma empresa mostra interesse em adquirir seus territórios. Chegou-se ao extremo de um líder fazer uma declaração pública, temendo por sua vida, dizendo que não tem inimigos, que não tem dívidas, deixando claro que, se algo acontecesse a ele ou a sua família, o único responsável seria o grupo empresarial.

Um mau negócio para os agricultores

Durante o governo anterior, de Rafael Correa, a Corporação Financeira Nacional lançou uma política de incentivo aos pequenos produtores de dendê, que receberam créditos diretos com um mínimo de 20 hectares, dos quais dez seriam usados para o dendê e os outros dez, para atividades complementares. As empresas contrataram negociadores que apareciam nos territórios para convencer os agricultores, dizendo-lhes que o Estado estava dando incentivos e empréstimos, e assim, iam convencendo as famílias a plantar dendê em suas terras.

Trata-se de um sistema perverso, baseado em empréstimos hipotecários nos quais a terra era dada como garantia de pagamento. Com esse crédito, os produtores obtinham as mudas, o pacote tecnológico e o treinamento, que eram vendidos pela empresa de dendê. Portanto, o dinheiro do empréstimo nunca chegava às mãos do agricultor, indo diretamente para a empresa. Cinco anos depois, na época da colheita, era a empresa que detinha os direitos exclusivos de compra da produção. Se o agricultor soubesse de um lugar onde lhe pagariam um preço melhor ou desconfiasse da balança em que a empresa pesava os frutos para determinar o preço a ser pago, não tinha alternativa. Os agricultores eram obrigados a vender à empresa nas condições por ela determinadas. Embora esse tipo de empréstimo não exista mais, os agricultores que o acessaram continuam acorrentados à mesma empresa.

Quem perde é sempre o agricultor. Por volta de 2015, com a chegada da doença da podridão parda, que afetou milhares de hectares de dendê, quem havia se endividado e perdeu tudo foram os pequenos produtores. Foram eles que adquiriram o empréstimo, que deram suas terras como garantia e que não conseguiram vender o produto. Embora

também tenham perdido parte de sua produção, as grandes empresas não perdem suas terras e têm outros suportes econômicos.

Até agora não há cura para a podridão parda, e a única coisa a fazer é cortar o dendezeiro e replantar. As plantações de Quinindé, ao sul de Esmeraldas, foram completamente destruídas. Quem tivesse algum capital extra, depois de cortar o dendê, poderia apostar em outras alternativas, como plantar gengibre, cardamomo, cacau, baunilha, canela, etc. Os pequenos produtores perderam tudo.

As grandes empresas de plantações gostam de falar sobre como o dendê promove desenvolvimento e apoia os agricultores, mas não dizem que a maior porcentagem de terra pertence a uns poucos empresários. Há muitos pequenos produtores, mas a terra ainda está concentrada nas mãos das gigantescas empresas de dendê.

Casos de resistência na província de Esmeraldas

A província de Esmeraldas tem duas grandes áreas onde as monoculturas de dendê se expandiram nos últimos anos: em Quinindé, ao sul, e nos cantões de Eloy Alfaro e San Lorenzo, ao norte, onde aconteceram emblemáticos processos de resistência por parte das comunidades de La Chiquita, Guadualito e Barranquilla de San Javier.

Caso das comunidades de La Chiquita e Guadualito

O processo em La Chiquita, uma comunidade afro-equatoriana, e na comunidade indígena Avá, de Guadualito, teve início na década de 90. Elas começaram a ter problemas quando o governo abriu a estrada e a madeira começou a ser extraída da floresta. Imediatamente depois disso, a mesma empresa do grupo florestal Peña Durini, que também tem participação em empresas de óleo de dendê, (4) instalou plantações, violando os direitos dessas comunidades, principalmente seus direitos coletivos ao território, meio ambiente, saúde, alimentação e acesso a água limpa.

Desde o início, as comunidades ajuizaram ações contra o Estado pela contaminação produzida pela empresa de óleo de dendê e foram vencendo todas, pois demonstraram facilmente como seus direitos foram violados. Apesar disso, as sentenças nunca são executadas. Ninguém fez as empresas cumprirem. A Justiça cedeu à pressão das grandes potências do agronegócio, e a reparação nunca chegou a La Chiquita e Guadualito. Um dos processos de 2018 incluiu a violação dos direitos da natureza, e as comunidades ganharam novamente, mas até agora nenhuma ação de reparação foi implementada. Algumas deveriam ser realizadas pela empresa e outras, pelo Estado, como parte de sua responsabilização por ter permitido essa violação de direitos.

A sentença incluiu tarefas como construção de um posto de saúde, uma escola bicultural, restauração de matas com espécies nativas, retirada dos dendezeiros que estavam sobre os mananciais – ações que, denunciam as comunidades, nunca foram realizadas.

E apesar de, em nível da sociedade em geral, haver um sentimento de que a justiça foi feita, para as famílias dessas duas comunidades, ela não aconteceu de verdade. A divisão das responsabilidades entre Estado e empresa diluiu a questão e ninguém cumpriu. Muitas pessoas ficaram com graves problemas de saúde, e isso não foi reconhecido nem indenizado. Mas, apesar da decepção com o processo e do fato de que os tribunais fazem ouvidos moucos às reivindicações dos membros da comunidade, La Chiquita e Guadualito persistem em sua demanda por justiça e pelo cumprimento dessa sentença.

Foi o Estado que facilitou o acesso da empresa ao território, e agora também é responsável por não ter dado o devido seguimento às obrigações da empresa, ter permitido a derrubada de floresta primária e ter abandonado o controle ambiental da poluição que essa agroindústria gera. Além disso, é responsável por ter permitido que a sentença ainda não tenha sido cumprida, já que vários de seus ministérios têm sanções diretas a cumprir.

O resultado tem sido que o dendê continua avançando. As empresas têm muito poder em nível nacional. Algumas organizações, como a Acción Ecológica, e a própria comunidade apresentaram denúncias ao Ministério do Meio Ambiente e Água (MAAT), mas não houve respostas eficientes. Não são feitos estudos sobre a água ou o solo, nem conversas com as pessoas afetadas. O único diálogo do MAAT é com a empresa.

O caso da comuna de Barranquilla de San Javier

Em 2 de junho de 2000, a Comuna de Barranquilla de San Javier obteve a titulação de 1.430 hectares como território comunitário. No entanto, aos poucos, eles estão sendo cercados pelo avanço das plantações de dendê da Energy & Palm, do grupo La Fabril, que chegam até a se infiltrar em seu território.

Em 2017, o Ministério da Agricultura preparou o estudo multitemporal de posse da terra em territórios comunais de Barranquilla de San Javier, que determinou que o território da comuna é de 1.518 hectares e que a propriedade da Energy & Palm se sobrepõe a ele em 251 hectares.

A partir desse relatório, a Comuna passa a reivindicar à empresa seus direitos territoriais, coletivos, trabalhistas e de natureza. São estabelecidas mesas de diálogo que acabam fracassando devido à fraude e aos descumprimentos contínuos da Energy & Palm. Então, a comuna, exercendo seu legítimo direito de resistência garantido pela constituição

equatoriana, iniciou uma ação de resistência e bloqueou uma das estradas de acesso à plantação.

Em reação, a empresa pede medidas cautelares que são reservadas a evitar a violação de direitos humanos. Em outro ato aberrante do tribunal de San Lorenzo, são concedidas medidas cautelares à empresa, e militares e policiais chegam em helicópteros, fazendo uso excessivo da força para despejar os moradores.

A partir desse momento, a comuna desencadeia uma estratégia jurídica para recuperar seu território, mas a informação vazou, e a empresa, que teve conhecimento do relatório do Ministério da Agricultura, apresentou uma ação civil de indenização de \$ 321 mil contra as autoridades da comuna, envolvidas ou não na ação. A empresa alega prejuízos porque não conseguiu colher durante o processo.

A audiência de apelação realizada em abril de 2022 foi suspensa logo após seu início, em circunstâncias pouco claras, depois de ouvir os argumentos do advogado de defesa. Nessa audiência, não restaram dúvidas de que a comunidade foi empoderada com o apoio da Defensoria do Povo, de organizações equatorianas e de observadores internacionais. Suspender a audiência após ouvir os argumentos da comunidade nada mais é do que uma manobra para facilitar a preparação da defesa pela empresa.

A comunidade aguarda uma nova data para retomar o processo. É preciso ter em mente que isso desgasta as comunidades. Conseguir se organizar, deixar suas tarefas para ir à capital, participar dessas instâncias jurídicas e ver como não dão em nada é muito cansativo e desesperador. O Estado, que deveria zelar pelos interesses de seus habitantes, toma o partido das empresas.

Também fica evidente o racismo contra essas comunidades afrodescendentes e sua vulnerabilidade diante da empresa. Mas os juízes, que sempre ficaram impunes e decidiram a favor das empresas, agora sabem que a comunidade nacional e internacional está alerta para que não ocorram novos abusos em função da resistência das comunidades à invasão de seus territórios pelo dendê. O caso de Barranquilla despertou a solidariedade entre os povos e a indignação internacional. A relatora especial da ONU sobre defensores de direitos humanos, Mary Lawlor, expressou preocupação com a situação dos defensores e indignação com o processo da Energy & Palm/La Fabril contra a comuna. Da mesma forma, uma coalizão de organizações enviou uma carta à Nestlé denunciando os fatos e exigindo que garanta que as empresas que lhe fornecem óleo de dendê não violem direitos coletivos e territoriais. Entre as pessoas que aderiram está Michael Forst, ex-Relator dos Defensores de Direitos Humanos. (5)

Certificação: mais uma ferramenta contra as comunidades

A indústria de óleo de dendê no Equador tenta se apresentar como sustentável e diferenciar seu produto do asiático. Uma forma de conseguir isso é por meio da certificação, principalmente da RSPO (Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável). Mas a certificação nada mais faz do que silenciar as denúncias das comunidades.

Para as comunidades, é difícil entender a lógica da certificação. Ao descobrir que a empresa que está invadindo seus territórios é certificada, a comunidade não tem informações suficientes nem os meios necessários para fazer uma reclamação ou denúncia formal. O sistema não foi pensado para que as comunidades apresentassem reclamações. Muitas delas não têm eletricidade nem acesso à internet. Sendo assim, como pode a RSPO pretender que, nessas condições, elas façam uma reclamação através de um formulário online que pede que anexem suas denúncias em formato digital? Sabendo que isso é inviável na maioria dos casos, as certificadoras transferem a responsabilidade de denunciar para as comunidades.

Outra tática adotada pelas certificadoras que enfraquece a resistência é convocar reuniões na cidade ou, se forem à região, entrevistar pessoas que elas sabem de antemão que não vão opinar contra a empresa. É responsabilidade da RSPO negar a certificação a empresas que estejam em conflito com comunidades locais ou tenham histórico de desmatamento e poluição. Se esse fosse realmente o princípio, não existiria certificação de monoculturas de dendê.

A Energy & Palm, do grupo La Fabril, é um exemplo disso. A RSPO está bem ciente dos impactos devastadores das plantações de dendezeiros, mas continua dando um selo “verde” às empresas que não fazem nada além de destruir os territórios. Quando um jornalista explicou a situação em Barranquilla à RSPO e detalhou os impactos denunciados pelas comunidades, o representante da certificadora apenas respondeu que não havia recebido nenhuma denúncia em seu site.

Resistência organizada

Apesar de as comunidades sentirem a inexistência de leis que as protejam e a cumplicidade do Estado para com as empresas, a partir dos territórios sempre há resistência e alternativas ao modelo industrial de monoculturas. Dentro de suas possibilidades, as comunidades resistem aos saques e à poluição associados às empresas de óleo de dendê.

Desde 2018, a partir de um encontro nacional com as comunidades afetadas, formou-se a Rede Equatoriana de Alternativas ao Dendê, espaço no qual trocam informações e articulam ações.

A resistência está se fortalecendo e gerando solidariedade, com organizações regionais e internacionais dando visibilidade a casos como os das comunidades de Esmeraldas.

Nathalia Bonilla

Acción Ecológica, Ecuador

(1) Eutopía, La industria del aceite de palma en Ecuador: ¿un buen negocio para los pequeños agricultores?, número 2, outubro de 2011, <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/download/1028/948/>

(2) El Amargo fruto de la Palma Aceitera. WRM 2001. Capítulo II – El caso de Ecuador: ¿El paraíso en siete años? por Ricardo Buitrón/Acción Ecológica <https://www.wrm.org.uy/es/publicaciones/el-amargo-fruto-de-la-palma-aceitera>

(3) Ecuador: palma africana y madereras en la Bio-región del Chocó. WRM 2003.

<https://www.wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin/ecuador-palma-africana-y-madereras-en-la-bio-region-del-choco>

(4) Na página da Superintendencia de Compañías <https://www.supercias.gob.ec/portalscv/s/>, pode-se encontrar os nomes dos mesmos acionistas nos dois grupos de empresas.

(5) Open letter from civil society to consumer goods companies re: concerns over Strategic Lawsuit Against Public Participation by palm oil company in Ecuador

<https://www.forestpeoples.org/sites/default/files/documents/Open%20letter%20to%20consumer%20goods%20companies%20re%20concerns%20over%20SLAPP%20by%20palm%20oil%20company%20in%20Ecuador.pdf>

Resistência de comunidades quilombolas frente à empresa Suzano no Extremo Sul da Bahia, Brasil

Uma conversa com o presidente da Associação Quilombola Volta Miúda e da Cooperativa Quilombola do Extremo Sul de da Bahia revelou como a Suzano, maior empresa de papel e celulose do mundo, continua operando com graves violações e ilegalidades. As comunidades continuam lutando para recuperar suas terras.

No extremo sul da Bahia, Brasil, o avanço das monoculturas industriais de eucalipto tem ocorrido, entre outros, em terras indígenas e quilombolas. Há décadas estes povos e populações tradicionais lutam pelo reconhecimento das suas terras e pelo direito de permanecer nelas.

A Suzano Papel e Celulose se tornou uma das maiores empresas no mundo do setor da celulose em 2019, quando comprou a Fibria, resultado de outra fusão entre a Votorantim e a Aracruz Celulose, em 2009. Hoje, detém 2,1 milhões de hectares em sete estados do Brasil (Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Ceará, Pará, Mato Grosso do Sul e São Paulo) e controla 50% da Veracel Celulose na Bahia. A Suzano tem 1,3 milhão de hectares de plantações de eucalipto e opera 10 fábricas de celulose.

Ao incorporar várias outras empresas, a Suzano acumula hoje um imenso passivo social e ambiental, um histórico de violações e ilegalidades, como resultado por ter promovido um modelo nefasto de grandes monoculturas industriais de eucalipto ao longo de várias décadas. As comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia conhecem bem essa realidade, elas são parte dessa história.

No dia 29 de março de 2022 ocorreu uma audiência pública, inédita, durante a qual o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) abriram um espaço até então inexistente para que as comunidades quilombolas pudessem testemunhar sobre os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais que enfrentam em consequência da monocultura de eucalipto no extremo sul da Bahia.

O WRM conversou com **Célio Pinheiro Leocádio -presidente da Associação Quilombola de Volta Miúda, município de Caravelas e presidente da Cooperativa Quilombola do Extremo Sul de Bahia-** sobre a incessante luta das comunidades em defesa de seu território e para manter o que ainda resta da sua cultura numa região onde a indústria da celulose tem feito imensos estragos.

WRM: Qual é o maior desafio que as comunidades quilombolas do Extremo Sul da Bahia enfrentam atualmente em termos de seu território e, mais em geral, em termos da luta por seus direitos?

Célio: No Extremo Sul da Bahia existem apenas oito comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, órgão que reconhece as comunidades quilombolas. (1) Elas são: Candido Mariano, Rio do Sul e Helvécia, no município de Nova Viçosa; Volta Miúda, Mutum e Naiá, no município Caravelas; Vila Juazeiro em Ibirapuã e Mota em Itanhém. Mas, a gente sabe que existem muitas outras comunidades sem certificar.

Entre as oito, apenas cinco comunidades estão com seu processo de demarcação territorial aberto junto ao INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], há mais de 10 anos. A única que está com o relatório já publicado com as pessoas já fazendo contestação é a comunidade de Mota. Apesar de o INCRA avançar no direito que esta comunidade tem, é uma situação curiosa: no entorno da Comunidade Mota a atividade é agropecuária, não bem monocultura de eucalipto, não afeta a Suzano. As outras comunidades estão com tudo pronto, mas a gente sabe que hoje o INCRA está segurando os relatórios das comunidades para não serem publicados, e não sabemos qual é o motivo. Em função disso, a comunidade Volta Miúda tem hoje um pedido de ação civil pública, que está tramitando desde setembro de 2019 no Ministério Público Federal.

Quase todas as comunidades quilombolas desse território vivem cercadas pelo eucalipto. As comunidades Mutum e Naiá foram praticamente extintas pela monocultura do eucalipto.

Todas as comunidades quilombolas da região estão sendo violadas e massacradas pela monocultura de eucalipto. Não tem comunidade nenhuma, vamos dizer, no seu "conforto". Todas elas hoje estão vulneráveis à mesma questão e, para piorar a situação, as políticas públicas de direito não realizadas.

As de Volta Miúda, de Rio do Sul e de Vila Juazeiro são as três comunidades que estão mais expostas ao eucalipto, por que o eucalipto está em cima das propriedades e casas das pessoas. Estão expostas ao veneno do eucalipto e à perda das nascentes. Não temos mais nascentes vivas dentro das comunidades.

A comunidade de Helvécia, como é mais aglomerada, não tem eucalipto bem próximo, mas a gente sabe também que até no cemitério o eucalipto está em cima, sem espaço para a própria comunidade hoje dizer assim: "olha, a gente precisa aqui de uma área para

ampliar o cemitério”. Porque tem muitas pessoas que estão morrendo dentro de sua comunidade, e a maioria das pessoas, inclusive de outras comunidades nossas, o cemitério que recebe o sepultamento dessas pessoas, é o cemitério de Helvécia.

WRM: Qual é o vínculo das comunidades quilombolas do Extremo Sul da Bahia com seu território, e como isso mudou com a chegada da monocultura de eucalipto?

Célio: Olha, na verdade, a minha idade, 44 anos, é praticamente o tempo desde que o eucalipto chegou aqui na região. Mas eu lembro que nós já tivemos dias muito melhores, que já tivemos nosso habitat natural, quando vivemos com fartura de produção, de tudo. Hoje a degradação que foi criada com essa monocultura do eucalipto, de fato, mudou a vida de todos nós.

O rio que faz divisa com o município de Caravelas, que é o da minha comunidade, e o município de Nova Viçosa, era um rio farto de peixes. Em toda época de enchente a gente colocava uma rede onde a água vinha desaguando. No outro dia você poderia ir lá, íamos com burros com cestas, com balaies, como a gente chamava. Então a gente vinha com essas cargas cheias de peixes dos rios, retiradas através das enchentes que davam naquela época. Hoje não existe mais isso. Esse rio que era difícil de atravessar, da fundura que ele era, hoje a gente anda com água no meio do joelho ou até abaixo do joelho. Agora, 95% das nascentes morreram, as lagoas já não existem.

Então isso é uma coisa que a gente vê que mudou. A gente espera o nosso território em nossas mãos para que essas áreas que foram degradadas, sejam recuperadas novamente. Que não seja para mim, na minha idade, poder desfrutar disso. Mas nós pensamos nesse sentido de que é preciso que essas pessoas que vêm, da nova geração, desfrutem disso que nós desfrutamos no passado. Mas isso não vai acontecer se o Estado continua aprovando licenças ambientais para mais plantios.

Da terra, a gente tem tido muitos alimentos. As nossas estações do ano eram reguladas, tinha a época certa de plantar o produto que fica embaixo da terra, que é o amendoim, a batata. A gente tinha a estação do ano para plantar o milho. No mês de fevereiro ou março inicia - iniciavam - a época de plantio de tudo, feijão, milho, abóbora. A época de plantio do maxixe, do quiabo, é a época mais para o mês de setembro para frente. Hoje a gente não consegue mais isso, muitas pessoas fazem suas produções com irrigação, a gente não tinha esse costume de fazer nada por irrigação, e se a gente for fazer hoje, a gente não consegue porque não tem água. Era uma fartura de produção, de tudo, a gente não comprava essas produções, nenhuma das que a gente tá falando. Essa era a maneira como meu pai e meus avós faziam. Tenho na minha memória que meu avô saía daqui, da minha comunidade, para a feira de Nanuque, e ele levava a produção e quando chegava lá, eles

trocavam a produção deles por alguma coisa que não tinham no território. Então eu digo para vocês que hoje não se tem mais isso. Já imaginou a pessoa morando no campo e comprando farinha? Comprando milho pra galinha, comprando feijão pra comer?

WRM: Na audiência pública vocês testemunharam sobre os impactos da monocultura de eucalipto. Além disso, quais foram as demandas que vocês apresentaram ao MPF?

Célio: O Ministério Público colocou cinco vagas para cada comunidade. A gente inscreveu as cinco pessoas de cada comunidade, totalizando 55 pessoas na audiência, incluindo as demais pessoas que tiveram interesse em se inscrever. As comunidades presentes na audiência representavam uma média de 8800 pessoas quilombolas das oito comunidades.
(2)

Nesse dia, cada comunidade pegou um número de temas para colocar na audiência. Quer dizer que cada comunidade falou em nome das oito comunidades. Um exemplo: Volta Miúda, minha comunidade, ficou com quatro temas. Um dos temas que nós falamos foi a questão da demarcação dos nossos territórios, e fizemos esta cobrança ao Ministério Público sobre o processo de demarcação em nome de todas as comunidades. E além do processo de demarcação, também englobando tudo que estamos relatando, no próprio processo de demarcação a gente fez um questionamento, colocando que, uma vez que as comunidades tenham a sua certidão como quilombolas, e que estejam com seus territórios estudados com mapa oficial do território feito pelo INCRA, então por que o Ministério Público e a Defensoria Pública não ajuízam uma ação para que a empresa Suzano comece a desocupar o território das comunidades?

E, além disso, a Suzano tem que pagar indenização pelo uso do nosso território. E uma vez que já temos tudo isso pronto, não é necessário que a gente espere que a demarcação seja finalizada para que a gente tenha direitos de uso do nosso território. Também colocamos que, diante desse período todo, as comunidades não tiveram como produzir seu alimento como ela sempre produziu. Então, o que as empresas teriam que fazer é desocupar nossos territórios para que as comunidades possam retomar a sua produção, como costumava fazer.

O terceiro ponto que nós colocamos é a questão da crise hídrica que as comunidades hoje enfrentam com relação aos impactos sobre as nascentes, a mortandade de animais, que prejudicam as comunidades. E também nós colocamos a questão de porque hoje o INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), que é o órgão estadual que dá licença ambiental para que a empresa faça todo o seu desastre, libera uma outorga d'água para a empresa fazer uso do que resta dos rios para encher caminhões gigantes de água para

molhar seus plantios, enquanto as comunidades não podem usar porque o INEMA não dá a outorga para nós! Que distorção é essa, entendeu?

Colocamos também que as comunidades atualmente não têm acesso à energia, as comunidades do extremo sul não têm. Hoje existe um número de famílias ilhadas dentro dos eucaliptos que têm crianças e adultos que precisam de nebulização. É necessário que eles andem 15 ou 20 km para trazer a pessoa para fazer nebulização porque não tem energia para poder usar aparelho de nebulização!

A gente também colocou um ponto superimportante que foi que as comunidades que não estavam ali podiam nos assistir no canal que a gente tem no YouTube, porque essas comunidades teriam interesse de participar da audiência. Só que a gente não tem essa oportunidade porque o eucalipto atrapalha. Até esse meio de comunicação o eucalipto atrapalha, porque os plantios de eucaliptos fazem interferência com o sinal de telefone e internet, deixando as comunidades ilhadas.

Colocamos a questão de que, quando as empresas chegaram nessa região, elas diziam que iam trazer muitos empregos para as comunidades, e isso não aconteceu. Em uma comunidade que tem mais de mil pessoas, tem quatro ou cinco trabalhando. Colocamos também a expulsão das pessoas, dos jovens das comunidades, o êxodo rural. A cada dia está tendo esse esvaziamento para as periferias dos grandes centros urbanos.

Colocamos o direito de ir e vir que as comunidades hoje não têm. As estradas todas tampadas de eucalipto. Na época do corte da madeira, toda a estrada fica ocupada, as pessoas das comunidades não tem permissão para passar, os vizinhos têm que esperar até meia hora para poder passar. Ademais, há muitos outros perigos que as pessoas passam. Há a milícia armada da empresa Suzano que impede a livre circulação no território e, também, devido ao eucalipto estar muito em cima das estradas, tampando toda a visão, uma criança foi espancada até a morte por bandidos. No caso de uma emergência de saúde, comunidade nenhuma hoje tem uma estrada de qualidade para facilitar um socorro rápido até o local mais próximo de atendimento. Isso tudo a gente colocou na audiência.

WRM: Você falou dessas promessas que a empresa fez quando chegou. Você poderia falar mais sobre como foi a chegada da Suzano a essa região? Como foi esse processo?

Célio: A empresa FLONIBRA foi a primeira que chegou em nosso território, falando particularmente do território de Volta Miúda. Depois, a FLONIBRA virou a Bahia Sul e depois da Bahia Sul, ela colocou o nome da Suzano. Então nesse período da Bahia Sul

chegou a Aracruz Celulose também, que depois virou a Fibria. E depois as duas viraram uma única empresa, que é a Suzano hoje.

Quando essas empresas chegaram nessa região, as comunidades quilombolas já moravam aqui. As comunidades não tinham títulos de terra, enquanto as empresas se apropriaram ilegalmente destas terras através da grilagem, se apropriaram de títulos fraudulentos, como aconteceu em quase todo país. (3) Inclusive, desrespeitando as posses legítimas e de boa fé, a cadeia de sucessão vintenária, etc. E em todo esse processo da chegada do eucalipto, da chegada da Suzano depois, muitos quilombolas tiveram que sair das suas terras, seja pelo plantio do eucalipto, seja porque não tinha mais como trabalhar porque não tinha mais terra.

Depois, algumas pessoas começaram a trabalhar nessas empresas, inclusive meu pai, meu tio e muitos primos. Então, quando FLONIBRA chegou aqui ela tinha um certo cuidado com as comunidades. Isso eu falo pra vocês com toda a certeza, apesar de não deixar ninguém entrar na área dela, eu lembro muito bem disso. Há pouco menos de 10 anos, a FIBRIA envenenou dendezeiros e jaqueiras isolados nas reservas de mata, cremos, para impedir que houvesse circulação de extrativistas das comunidades. Usaram até num pretexto: a lei da convenção da biodiversidade. Mas, o interesse deles era de evitar a circulação das pessoas. O Padre José e João Luiz do CDDH – Centro de Defesa dos direitos Humanos até denunciou isso na época.

Mas depois que passou a ser a Suzano, virou esse demônio que vocês estão vendo aí. Hoje as comunidades são desrespeitadas em todos os sentidos. Além dos impactos já mencionados, a gente tem um processo aberto na Justiça Federal, que é um processo chamado interdito proibitório. Foi uma reação da empresa quando a gente começou a denunciar o desrespeito dela. Ela alega que a gente estava impedindo suas atividades, ela e seus advogados estão através deste processo tentando nos intimidar.

Falando de modo geral, a gente vê que desde que o eucalipto chegou, uma média de praticamente 50% da população dessas comunidades, hoje não está mais nos seus territórios por questão de não ter meio de viver. Muitas dessas pessoas estão espalhadas, mas têm interesse de voltar, de retornar, se o território estiver na mão da comunidade.

Eu acredito muito que, e a gente escuta as pessoas falarem, se tivessem a possibilidade de estar de volta, eles voltariam. E a gente acredita que realmente voltariam porque tem muitas pessoas passando apertado nessas periferias por não ter a oportunidade de voltar. Não têm a oportunidade de estar em seu território.

WRM: O que vocês esperam a partir da audiência pública?

Célio: O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União já criaram um grupo de WhatsApp e pediram que a gente inserisse dois participantes de cada comunidade, e a gente já inseriu os participantes. E eles também pediram participantes do Espírito Santo que também tiveram aqui na audiência, que se inscreveram e participaram, um inclusive representa a CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas), e aí a gente inseriu também. E daí pra cá, o que aconteceu é que foi aberto um inquérito. Nos deram 15 dias para a gente apresentar um levantamento de todas as nascentes, rios, lagoas, lagos, que a gente viu secar, degradar em função da monocultura de eucalipto. Das oito comunidades, cinco têm esse material pronto, só que a gente não poderia deixar as outras três para trás. Então esse levantamento está sendo feito através das imagens de satélite para apresentar para o MPF todo esse material.

Então essa foi uma das demandas colocadas de imediato no grupo, inclusive dizendo que precisariam desse levantamento para a empresa recuperar essas nascentes e lagoas, e se for preciso terá que recuar, foi uma das nossas demandas. Além disso, há uma promessa muito antiga também eles pediram que é a questão de a empresa gerar muitos empregos para as comunidades, sendo que hoje é uma farsa a empresa colocar que gera emprego na região, e não gera. Principalmente para as comunidades afetadas.

Esses dois pontos chamaram muito a atenção do MPF e da DPU e que deve ser buscado por estes órgãos após a audiência. E também pediram uma ida dele [do defensor público] pra visitar a primeira comunidade no dia 6 de junho, a comunidade de Volta Miúda pra ele ver de perto o que pode ser feito com essa questão de desenvolvimento de políticas públicas e também de produção. Porém, ele está falando muito com Volta Miúda porque Volta Miúda tem uma Ação Civil Pública em tramitação no Ministério Público Federal e eles precisam tomar decisões sobre essas questões. Mas ele disse que gostaria de visitar todas as comunidades.

Em nosso canal de transmissão YouTube a gente já conseguiu colocar material que foi filmado na audiência, cada fala de cada comunidade, de cada liderança, de cada pessoa, para que as pessoas possam ver melhor o que foi tratado na audiência. (4)

Fizemos uma carta que apresentamos na audiência. (5) Essa carta fala de muitos pontos importantíssimos e que os compradores, os acionistas e financiadores da Suzano deveriam saber. Eles precisam saber que essa empresa que parece tão bonitinha, tão boazinha lá fora, cria muita miséria aqui. Para os acionistas terem hoje tanto recurso, tanto dinheiro, muitas vidas estão sendo ceifadas aqui, e a gente não tem esse acesso direto para que essas informações cheguem. Para os compradores diria: se vocês soubessem que para poder vender um produto para vocês daqui, muitas vidas estão sendo

sacrificadas pra cá, vocês iam querer comprar? Acho que vocês não iam querer comprar. É isso.

A monocultura de eucalipto se aproveita de políticas públicas discriminatórias que evidenciam um racismo ambiental. Ela invisibiliza as demandas das comunidades quilombolas do Extremo Sul da Bahia, ameaça suas memórias e seus direitos. Sem a terra nós não temos nada. A luta quilombola é por nosso território ancestral, por nossa cultura e por nosso bem-estar social, econômico e político. Não queremos dinheiro, mas além do Território Quilombola a empresa deve, sim, uma indenização, como direito, só apenas aquilo que a Constituição diz, bonito, mas que não se cumpre!

(1) Órgão de governo que tem competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas de governo, mas não reconhece o direito à terra, é muito mais o reconhecimento da comunidade como comunidade quilombola.

(2) MPF, DPU e comunidades quilombolas articularam medidas para mitigar prejuízos causados pela monocultura de eucalipto no sul da Bahia

<http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/mpf-dpu-e-comunidades-quilombolas-articularam-medidas-para-mitigar-prejuizos-causados-pela-monocultura-de-eucalipto-no-sul-da-bahia>

(3) Grilagem terceirizada, por Teoney Araújo Guerra

<https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/01/22/grilagem-terceirizada-por-teoney-araujo-guerra/>

(4) Extremo Quilombo WebTV

<https://www.youtube.com/channel/UCj9IC6j0Z7Y40ZZzwFg4eQw>

(5) Carta Pública das Comunidades Quilombolas do Extremo Sul da Bahia

Português: <https://alertacontradesertosverdes.org/wp-content/uploads/2022/06/Carta-Publica-Comunidades-Quilombolas-Extremo-sul-da-Bahia-03-2022.pdf>

Inglês: <https://alertacontradesertosverdes.org/wp-content/uploads/2022/06/Carta-Publica-Comunidades-Quilombolas-Extremo-sul-da-Bahia-03-2022-EN.pdf>

Índia: para onde vai a chamada Conservação de Fortaleza?

O modelo de “conservação” na Índia continua cercando florestas e expulsando comunidades, em uma tentativa deliberada de atacar e destruir a Lei de Direitos Florestais (FRA, na sigla em inglês) – uma legislação histórica que fortalece a autoridade das comunidades sobre suas florestas. Enquanto isso, as empresas podem destruir florestas, mesmo dentro das áreas de conservação.

A Lei de Direitos Florestais (FRA), a histórica legislação de conservação aprovada na Índia em 2006, pretendia pôr fim às políticas e leis de conservação promulgadas de cima para baixo, muitas das quais remontavam à época colonial e discriminavam as comunidades da floresta. Também visava fortalecer a autoridade das comunidades e suas instituições, como as assembleias conhecidas como Gram Sabhas, sobre suas florestas. A fim de romper radicalmente com o modelo colonial e explorador, a FRA declara as *Gram Sabhas* como as principais entidades na decisão de como usar, manejar e conservar as florestas que as comunidades tradicionalmente utilizam, bem como protegê-las contra ameaças internas e externas. A lei também exige o consentimento livre, prévio e informado das Gram Sabhas antes de se autorizar qualquer outro uso em uma floresta tradicional. No entanto, em vez de uma mudança de paradigma, o processo de “conservação” na Índia continua cercando os bens florestais comuns que pertencem legitimamente ao povo. Isso acontece pelo descumprimento sistemático da FRA, após uma tentativa deliberada e prolongada da burocracia florestal indiana, atores empresariais e muitas ONGs conservacionistas de enfraquecer e, se possível, destruí-la.

Nas últimas décadas, muitas terras florestadas foram declaradas unilateralmente como Parques Nacionais e Reservas de Tigres, sem o consentimento das comunidades que vivem nessas áreas. Esses descumprimentos da FRA são generalizados, e centenas de comunidades que vivem nas chamadas Áreas Protegidas (APs) foram ficando cada vez mais vulneráveis. Várias comunidades foram forçadas a deixar seus territórios sob o eufemismo de “realocação voluntária”. É preciso lembrar que, em fevereiro de 2019, a Suprema Corte da Índia ordenou o despejo das comunidades que tiveram suas reivindicações de vários direitos florestais “finalmente rejeitadas” como inadmissíveis dentro da FRA. No entanto, até onde se pode verificar, em termos gerais, as comunidades que reivindicam direitos florestais, localizadas em APs, foram completamente ignoradas em todo o país, ainda mais se já tiverem sido marcadas para realocação pelos órgãos responsáveis por parques e pela Autoridade Nacional de Conservação de Tigres (NTCA), em flagrante violação da FRA.

Áreas Protegidas na Índia: longa trilha de despejo e deslocamento

A partir de 2019, de acordo com dados oficiais da NTCA, foram despejadas 56.247 famílias em 751 aldeias de 50 Reservas de Tigres, desde o início do Projeto Tigre, em 1972, que visa proteger a população de tigres do país. Dessas, cerca de 12.327 famílias em 173 aldeias foram “realocadas/reassentadas” até agora, o que significa que mais de 44 mil dessas famílias, aproximadamente 220 mil pessoas, permanecem sem realocação. Segundo a FRA, os moradores da floresta despejados sem planos de realocação e indenização adequados antes da promulgação da lei poderiam voltar e reclamar suas terras. Porém, os gestores das APs e a NTCA estão ocupados planejando estratégias de “realocação” para que as APs – principalmente as Reservas de Tigres – possam se tornar livres de seres humanos. Mas não totalmente. Essas Reservas estarão abertas a turistas ricos e funcionários de ONGs, operadores de safári e grupos científicos, que pagam muito dinheiro para ver tigres e florestas preservadas. O paradigma racista da conservação, na verdade, visa tornar essas áreas “livres de habitantes da floresta”.

A ameaça de deslocamento também atinge as comunidades que não vivem dentro das APs, mas precisam de acesso irrestrito a essas florestas para sua subsistência e uma série de outras necessidades. Não há números exatos disponíveis sobre quantas das pessoas que vivem dentro e ao redor das APs são afetadas pelas políticas e ações de conservação da Índia, pois é razoável supor que todas as reivindicações de direitos florestais nas áreas “centrais” das Reservas de Tigres e outras APs estejam sendo rejeitadas, abrindo caminho para despejos legalizados.

Grupos de conservação como WWF, Conservation International, Wild Life Protection Society of India, Wild Life Trust of India e Satpura Foundation, que, junto a outros, continuam promovendo um modelo de conservação que invoca o banimento completo das comunidades florestais de seus espaços nas florestas, têm atacado sistematicamente a FRA.

Embora todas as comunidades florestais da Índia estejam ameaçadas, as pessoas que vivem nas terras altas centrais estão particularmente em risco, pois, além de a área ter várias zonas turísticas de tigres que são famosas, como Kanha, Bandhavgarh, Pench, Tadoba e Achanakmar, as florestas de tigres também têm sobreposições importantes com áreas de mineração. Para entender a relevância disso, é importante notar que o programa de realocação da NTCA está sendo cada vez mais financiado pelo fundo CAMPA, ou seja, dinheiro que mineradoras e outros promotores de projetos de “desenvolvimento” pagam para compensar as florestas que usam e destroem. A Lei do Fundo Compensatório de Florestamento (CAFA) de 2016 legitimou esse processo. (1) A CAFA especifica que o uso do

dinheiro do CAMPA deve ser submetido à consulta das Gram Sabhas, mas isso geralmente é ignorado.

As ligações íntimas entre a expansão da “conservação de fortaleza” (parques sem pessoas), por um lado, e a expansão da mineração e do desmatamento em grande escala, por outro, precisam ser denunciadas com urgência. Ambas implicam deslocamento e expropriação de comunidades florestais e se alimentam mutuamente.

No entanto, as comunidades florestais que vivem no planalto central da Índia, principalmente Povos Indígenas como os gonds e os baigas, são as verdadeiras guardiãs das florestas. Elas e suas instituições poderiam proteger suas florestas da destruição arbitrária e dos cercamentos; elas, e somente elas, conseguiriam mantê-las vivas, não apenas como habitats de tigres, mas também como intrincados sistemas de suporte à vida. A FRA poderia desempenhar um papel central porque representa um processo de conservação descentralizado, implementado de cima para baixo e autônomo.

Infelizmente, a FRA foi amplamente projetada, e talvez percebida, mais como uma lei de direitos fundiários e tribais do que uma legislação de conservação. Devido aos claros interesses empresariais e governamentais em jogo, torna-se imperativo destacar os aspectos de conservação da FRA. Isso significa deixá-la emergir como o que realmente é: um processo intrinsecamente social e político que apoia as comunidades a defender, preservar e recuperar seus bens comuns florestais. Os povos que vivem nas florestas da Índia fazem isso há gerações, e não tem sentido ambiental excluí-los deliberadamente de qualquer programa de conservação. Então surge a pergunta: as APs e as Reservas de Tigres visam realmente a conservação?

Em setembro de 2020, grupos e ativistas associados ao All India Forum of Forest Movements (AIFFM) e outros processos organizativos com presença nas florestas de tigres na Índia Central iniciaram uma campanha intensiva para promover a FRA como legislação ambiental. Essa campanha busca envolver ativamente diversos segmentos da sociedade civil, incluindo a comunidade jurídica e a mídia, e apresentar adequadamente as vozes dos moradores da floresta ameaçados de despejo iminente.

Primeiro, foram formados três grupos de ativistas e pesquisadores para visitar comunidades que vivem dentro e ao redor de várias áreas protegidas e corredores de vida selvagem potenciais/propostos nos estados de Maharashtra, Madhya Pradesh e Chhattisgarh. O objetivo de cada grupo era coletar dados em nível estadual sobre a situação concreta, incluindo tentativas de despejo por parte do Departamento Florestal do estado (ou administração distrital), casos de violações da FRA, da CAFA e de outras legislações relacionadas, e exemplos de atividades de conservação de iniciativa das

comunidades, mas a pandemia de Covid-19 atrasou a missão. Mesmo assim, foram coletados alguns dados e se preparou um relatório sobre as realidades das comunidades que vivem nas terras altas da Índia Central. (2) Mas ainda há muito mais a ser feito.

Resumo das conclusões: continua a perseguição em nome da “conservação”

O relatório mostra claramente que o preconceito oficial contra as comunidades tribais e não tribais que vivem na floresta ainda predomina. Nas APs abrangidas por cada grupo, ficou claro que a administração florestal continua tratando as comunidades como simples “transtornos”, e considera que elas devem ser removidas no interesse da conservação da vida selvagem. Também ficou claro que as chamadas ações de conservação nas APs, em descumprimento explícito da FRA, apenas afastam ainda mais as comunidades florestais, ao invés de reconhecer seu papel histórico e legítimo na conservação.

O principal problema nas APs é a falta de oportunidades de subsistência adequadas para as comunidades, algo que é implacavelmente agravado por restrições muitas vezes ilegais ao uso da floresta e da terra, realocação forçada/involuntária e deslocamento sem reabilitação nem indenização. As comunidades também enfrentam indústrias extrativas e outras atividades de “desenvolvimento” que ocorrem nas proximidades das APs, bem como extração ilegal de madeira e turismo irrestrito. Tudo isso descumpra a FRA.

A próxima parte destaca algumas das inúmeras ilegalidades e delitos do Departamento Florestal nas APs visitadas pelos grupos de ativistas nos estados de Maharashtra, Madhya Pradesh e Chhattisgarh. (3)

Reserva de Tigres de Tadoba Andheri (Maharashtra)

Localizada no distrito de Chandrapur, em Maharashtra, a Reserva de Tigres de Tadoba Andheri (TATR) compreende o Parque Nacional de Tadoba e o Santuário da Vida Selvagem de Andheri, e florestas adjacentes. O Parque e o Santuário foram declarados Habitats Críticos de Tigres em 2007, poucos dias antes de a FRA entrar em vigor. Essa categoria é caracterizada pela conservação dos tigres e permite a realocação de pessoas, apenas com o consentimento prévio e informado das comunidades. Cinco das seis aldeias da Reserva de Tigres – Kolsa, Botezari, Palasgaon, Jamni e Ramdegi – já foram parcial ou totalmente “realocadas”.

A aldeia de Rantalodhi e algumas famílias remanescentes da aldeia de Kolsa ainda estão dentro da reserva, desafiando os persistentes esforços de “realocação” do Departamento Florestal, que incluíram vários tipos de ameaças e medidas punitivas. A entrada nas aldeias foi fechada, negou-se o acesso a alimentos e outras provisões distribuídas ao abrigo do Sistema de Distribuição Pública, o fornecimento de eletricidade às casas dos

moradores foi cortado e vários processos criminais foram abertos contra ativistas comunitários que exigiam o reconhecimento de direitos garantidos pela FRA. As aldeias fora da reserva também não ficaram livres. Sem consulta, foi criada unilateralmente uma “zona de amortecimento” que afetou 90 delas e surgiu uma série de novos resorts desde que começou a promoção do turismo de “tigres”. Enquanto isso, novas e antigas minas de carvão continuam operando nas proximidades das florestas da reserva.

Reserva de Tigres de Bor (Maharashtra)

Localizada no distrito de Wardha, em Maharashtra, a Reserva de Tigres de Bor não possui mais nenhuma aldeia em sua área central, mas existem 36 delas na zona de amortecimento.

A aldeia de Nawargaon foi a última a ser realocada em 2017, fazendo com que a reserva ficasse livre de pessoas. Como a maioria das pessoas que vivem dentro e ao redor das florestas de Bor é de pastores, a criação de uma Reserva de Tigres restringiu em muito o acesso às pastagens tradicionalmente usadas e resultou em grande miséria. Durante reuniões realizadas em 2020, os moradores confirmaram que a FRA não foi implementada na Reserva de Tigres de Bor, e muitos observaram que as Gram Sabhas não haviam sido convocadas no decorrer do que o Departamento Florestal chamou de “realocação voluntária”. Enquanto isso, a compensação dada às aldeias situadas na zona de amortecimento em casos de conflitos das pessoas com animais é imensamente inadequada e, em geral, vem com atraso. Alguns dias antes da visita do grupo, em 2019, um menino de 15 anos foi morto por um tigre na aldeia de Jungli Amgaon. O Departamento Florestal se recusou a pagar a indenização e ainda prendeu alguns membros da família da vítima por “causar agitação na aldeia”.

O Reservatório de Água de Bor, dentro da área central da Reserva (também declarado como um Habitat Crítico de Tigres), funciona como um controle para a proteção da vida selvagem, ao mesmo tempo em que oferece muito poucas oportunidades de subsistência para as comunidades. O Reservatório foi aberto ao turismo.

Reserva de Tigres de Pench (Maharashtra)

A Reserva de Tigres de Pench em Maharashtra compartilha seu limite norte com a Reserva de Tigres de Pench em Madhya Pradesh

Das duas aldeias situadas na área central da Reserva de Tigres, a de Totladoh foi transferida para a zona de amortecimento por meio de um despejo violento em 2002, enquanto a aldeia de Fulzari continua dentro da reserva. De acordo com os moradores que agora se encontram na aldeia de New Totladoh, na zona de amortecimento, eles foram despejados sem qualquer aviso ou indenização. Os moradores, cujo principal

meio de vida era a pesca no reservatório de Pench, agora reconhecidos como uma comunidade segundo a FRA, continuam sendo perseguidos pelas autoridades do parque. Sujeitos a atrocidades impressionantes, incluindo prisões sumárias, abuso físico e ataques com paus e armas de chumbo, eles vivem sob forte pressão econômica e sem qualquer fonte de subsistência. Poucas famílias praticam agricultura na aldeia porque muitas não têm terra, e mesmo para as que têm, a terra não é cultivável.

Depois que a reivindicação dos moradores de Totladoh pelo direito florestal comunitário a pescar no reservatório tramitou formalmente no devido Comitê de Nível Distrital para a FRA, e o Responsável Distrital informou oficialmente aos moradores que sua reivindicação fora reconhecida, o trâmite foi subitamente suspenso. Uma carta revelou que a NTCA emitiu uma ordem para que essas reivindicações em áreas de Habitats Críticos de Tigres (CTH) não tramitassem, após muita pressão de ONGs conservacionistas locais. Em vão, moradores e grupos ativistas apontaram que a NTCA não tem jurisdição legal para arbitrar questões relacionadas a reclamações admitidas sob a FRA, e negar direitos florestais comunitários era expressamente ilegal. O lobby da conservação tem usado a mídia para difamar e desacreditar os moradores, tendo alegado que os habitantes de Totladoh são caçadores ilegais, muitos dos quais envolvidos na matança de tigres. Os protestos dos moradores foram recebidos com repressão pelas autoridades, e vários aldeões foram presos, espancados e falsamente incriminados.

A restrição de acesso às matas e ao Reservatório para pesca continua dificultando muito a vida deles.

Reserva de Tigres de Panna (Madhya Pradesh)

O núcleo central da Reserva de Tigres de Panna, localizado nos dois distritos de Panna e Chhatarpur, em Madhya Pradesh, inclui o Parque Nacional de Panna e o Santuário de Vida Selvagem de Panna (Gangua). A área foi declarada Habitat Crítico de Tigres em 2007. Os moradores de Kota Gunjapur, a maioria indígenas gonds, e as famílias da aldeia de Umrawan, se recusaram a sair durante a realocação de 2017. Mesmo assim, enfrentam a raiva das autoridades florestais. As aldeias foram cercadas e houve restrições à entrada e à saída. Em 2015, 61 das 70 famílias da aldeia foram realocadas. As restantes entraram com uma ação no Tribunal Superior de Jabalpur, alegando má implementação da FRA. Em outubro de 2019, o Departamento Florestal enviou um aviso para que as famílias restantes saíssem. Os moradores alegam que as que já foram “realocadas” agora vivem em condições mais pobres e mais difíceis, com moradia e instalações hidráulicas e elétricas inadequadas e sem fonte de renda condizente.

Santuário da Vida Selvagem de Achanakmar, Chattisgarh

Esse Santuário de Vida Selvagem foi declarado Habitat Crítico de Tigres e incluído no Projeto Tigre em 2009. Achanakmar é também o habitat dos baigas, um dos grupos indígenas mais antigos da região. De acordo com as diretrizes revisadas do Projeto Tigre, os Departamentos Florestais precisam identificar espaços invioláveis e realocar aldeias oriundas de Habitats Críticos de Tigres dentro de um determinado prazo, proporcionando o melhor conjunto de condições para realocação. Os Departamentos também são obrigados a estabelecer os direitos florestais das comunidades que vivem nessas aldeias. Essas diretrizes foram fortemente contestadas por grupos de base que apontaram que a realocação dos Habitats Críticos de Tigres está sujeita ao consentimento das *Gram Sabhas*. Mas o Departamento Florestal de Chhattisgarh descumpriu constantemente essas diretrizes na Reserva de Tigres de Achanakmar.

Seis das 25 aldeias na área central da Reserva foram deslocadas em dezembro de 2009. Essas “realocações” foram feitas unilateralmente e sem cumprir a FRA. Aos moradores foi prometido um pacote de compensação fixa de Rs 10 lakhs (1 milhão de rúpias ou aproximadamente 13 mil dólares) e estruturas básicas nos novos assentamentos: 5 acres (aproximadamente 2 hectares) de terra agrícola para cada família, moradia, escola, melhores serviços de saúde e meios de subsistência. No entanto, quando o processo de “realocação” terminou, os novos locais não estavam prontos e cada família recebeu míseros Rs. 5.000 em dinheiro (aproximadamente 68 dólares) e Rs. 45.000 em suas contas bancárias (aproximadamente 616 dólares). As famílias “realocadas” que agora vivem no limite da floresta foram rigidamente impedidas de coletar qualquer coisa nela, incluindo lenha. As terras agrícolas que elas receberam são de má qualidade e não servem realmente para a agricultura. Os indígenas baigas e outras comunidades florestais dizem que não têm opções de subsistência fora das florestas, e agora estão sendo forçados a trabalhar na construção civil em áreas urbanas.

Para onde vai a Conservação de Fortaleza?

Esses casos são apenas exemplos típicos de como o paradigma dominante da conservação funciona contra as comunidades florestais.

Por que o governo indiano e sua burocracia florestal são tão implacáveis em deslocar comunidades florestais de suas casas e bens comuns florestais, em flagrante descumprimento de sua própria lei? Por que algumas das grandes ONGs conservacionistas continuam promovendo um paradigma racista de conservação que discrimina as comunidades florestais?

Essas questões se acentuam quando agências de desenvolvimento e grandes empresas, como construtoras de estradas e barragens e grandes mineradoras, são rotineiramente

autorizadas a destruir florestas, mesmo dentro de áreas oficialmente designadas para a conservação da vida selvagem. Uma olhada nas atas recentemente divulgadas da National Wild Life Board, a organização nodal para a conservação da vida selvagem na Índia, mostra que as florestas situadas nas APs indianas estão sendo condenadas à destruição com frequência alarmante. (4)

Por exemplo, ainda em 7 de agosto de 2021, a organização autorizou uma mina de carvão no limite de um Santuário de Vida Selvagem em Telengana, “desviando” cerca de 3.300 hectares de florestas em uma zona ecossensível (áreas ao redor de APs, onde atividades econômicas não são permitidas). Da mesma forma, uma rodovia de quatro pistas foi autorizada em 5 de janeiro de 2021, na zona ecossensível próxima à Reserva de Tigres Rajaji, em Uttarakhand, onde as autoridades florestais continuam perseguindo a comunidade indígena seminômade Van-Gujjar, ignorando todas as reivindicações apresentadas dentro da FRA. (5) Outro projeto de rodovia também foi aceito, implicando a destruição de cerca de 60 hectares de florestas dentro do Santuário da Vida Selvagem de Dibang, em Arunachal Pradesh, no nordeste montanhoso do país. Mais derrubadas de florestas foram autorizadas em Arunachal, para a construção de linhas de transmissão dentro da Reserva de Tigres de Namdapha. Além disso, no Santuário Trans-Himalaio de Changthang, em Ladakh, onde vivem, entre outros animais ameaçados de extinção, o esquivo leopardo-das-neves e o kiyang (cavalo selvagem do Himalaia), foram concedidos 188 hectares para a construção de estradas. Mais rodovias e projetos de trens de alta velocidade obtiveram licenças definitivas no Rajastão (rodovia Greenfield, de oito pistas, na reserva de Tigres Mukundra) e em Maharashtra (projeto de trens de alta velocidade Mumbai-Ahmedabad, no Parque Nacional de Sanjay Gandhi). Além disso, mais propostas de construção de estradas foram autorizadas no estado de Sikkim, no Himalaia.

Em 27 de abril de 2022, as autoridades da Reserva de Tigres de Sariska, no Rajastão (a famigerada Área Protegida sem tigres, onde eles foram reintroduzidos desde a extinção, em 2004) (6), começaram a realocar uma aldeia inteira, enquanto muitas minas são administradas por poderosos grupos mafiosos. (7) Espera-se que mais seis comunidades sejam realocadas em 2022, de acordo com as autoridades. (8) Uma estimativa recente da Autoridade Nacional de Conservação de Tigres (NTCA) conta até 46 mil famílias que residem em Reservas de Tigres (9), e seriam retiradas de suas florestas e terras por aproximadamente 60 bilhões de crores (mais de 744 milhões de dólares).

Para a NTCA, o Departamento Florestal e suas ONGs aliadas, esse é o caminho a seguir porque, para eles, não pode haver “conservação” a menos que as comunidades florestais sejam excluídas e deslocadas – de uma forma ou de outra. Essa é a base desse modelo profundamente racista de “conservação de fortaleza” – ignorando totalmente a FRA e até mesmo a constituição do país!

Reconhecer os direitos florestais das comunidades que vivem nas florestas e com as florestas há gerações é uma clara ameaça aos interesses de grandes ONGs de conservação, autoridades florestais, políticos locais, uma parte da mídia e a NTCA.

Somitra Ghosh

All India Forum of Forest Movements (AIFFM)

(1) Para mais informações, consulte: Boletim 217 do WRM, *O desmatamento financia mais plantações: o novo projeto de lei do Fundo de Florestamento Compensatório na Índia*, 2015, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/o-desmatamento-financia-mais-plantacoes-o-novo-projeto-de-lei-do-fundo-de-florestamento-compensatorio-na>; Boletim 250 do WRM, *A Pandemia nas florestas da Índia: a intensificação dos ataques às comunidades*, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/a-pandemia-nas-florestas-da-india-a-intensificacao-dos-ataques-as-comunidades>; e *Índia: dinheiro da mineração, desmatamento e conservação*, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/india-dinheiro-da-mineracao-desmatamento-e-conservacao>

(2) Lutas pelo direito de viver em florestas declaradas como Áreas Protegidas na Índia, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/lutas-pelo-direito-de-viver-em-florestas-declaradas-como-areas-protegidas-na-india>

(3) Idem (2)

(4) Ministry of Environment, Forests and Climate Change, Minutes of 66th Meeting of the Standing Committee of National Board for Wild Life-reg, 2022, http://forestclearance.nic.in/writereaddata/Order_and_Release/211312301212166THMinutesofMeeting.pdf

(5) Counter Currents, Covid becomes excuse to attempt eviction of Rajaji National Park forest dwellers, 2022, <https://countercurrents.org/2022/04/covid-becomes-excuse-to-attempt-eviction-of-rajaji-national-park-forest-dwellers/>

(6) Hindustan times, Sariska's tiger population goes up to 20 with three new cubs, 2022, <https://www.hindustantimes.com/india-news/sariska-s-tiger-population-goes-up-to-20-with-three-new-cubs/story-Ei0gIzhglyiTAo4B58MkSN.html>

(7) Down to Earth, Despite ban, mines thrive in Sariska reserve, <https://www.downtoearth.org.in/coverage/despite-ban-mines-thrive-in-sariska-reserve-30946>; também SCC Blog, *Forest Guard mowed down by mining mafia in Sariska: Tribunal asks authorities to take further remedial measures to enforce law of land*, 2021, <https://www.sconline.com/blog/post/2021/04/09/forest-guard/>, e Down to Earth, *Order of the National Green Tribunal regarding illegal mining in Sariska, Rajasthan*, 2021, <http://www.indiaenvironmentportal.org.in/content/470211/order-of-the-national-green-tribunal-regarding-illegal-mining-in-sariska-rajasthan-06042021/>

(8) The Times of India, *Rajasthan: Villagers leave their homes so tigers can live*, 2022, <https://timesofindia.indiatimes.com/videos/toi-original/rajasthan-villagers-leave-their-homes-so-tigers-can-live/videoshow/91121435.cms>

(9) Government of India, Minutes of the 18th Meeting of the NTCA, 2020, https://ntca.gov.in/assets/uploads/Meeting/Minutes/18th_NTCA_meeting_minutes.pdf

RECOMENDADOS

Denúncia pública do novo eucalipto transgênico resistente ao glifosato da empresa Suzano

Mais de 50 organizações, redes e movimentos do Brasil e do mundo denunciam a liberação no meio ambiente e o uso comercial de mais um Eucalipto Transgênico da Suzano Papel e Celulose.

As organizações requerem a imediata revogação da liberação de uso do eucalipto transgênico 751K032 da Suzano, bem como a atuação e intervenção do Ministério Público Federal para revogar a decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), tomada sem amplo debate público, em particular nas regiões já expostas há anos à monocultura de eucalipto no Brasil.

Leia a carta na íntegra aqui: <https://alertacontradesertosverdes.org/noticias/carta-publica-de-denuncia-do-eucalipto-transgenico-da-suzano-papel-e-celulose/>

“As chamas da expropriação.” Incêndios no negócio de plantações no Chile

Um documentário produzido pelo coletivo audiovisual Ojo de Treile mostra como as plantações industriais de monoculturas no sul do Chile têm gerado secas de grandes proporções e violentos incêndios florestais. O modelo industrial das monoculturas carrega um legado de violência, expropriação e destruição. As indústrias de plantação e celulose foram respaldadas por políticas de Estado no Chile, e continuam a expandir seus impactos desastrosos. Assista ao vídeo em espanhol, aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=1-kVhdavxDw>

Mulheres indígenas Munduruku protegem seu território com câmeras e telefones
O Povo Munduruku, no Brasil, diz que a retórica anti-indígena do governo Jair Bolsonaro estimulou madeireiros e garimpeiros ilegais e colocou os indígenas em maior risco. Como resposta, três jovens Munduruku coordenam um coletivo audiovisual que usa as redes sociais para conscientizar sobre as invasões ilegais de seu território. O coletivo faz um trabalho essencial ao transmitir as queixas da comunidade para o mundo exterior. Leia um artigo e veja alguns vídeos na Mongabay, em inglês: <https://news.mongabay.com/2022/03/to-fight-invaders-munduruku-women-wield-drone-cameras-and-cellphones/>

E em português, aqui: <https://reporterbrasil.org.br/2022/02/camera-drone-e-celular-as-armas-das-jovens-munduruku-para-resistir-a-escalada-de-invasoes-e-ameacas/>

Certificação RSPO apesar de conflitos por terra, violência e criminalização

Quase 1.500 membros da MALOA (Associação dos Proprietários de Terras e Usuários Afetados de Malen), em Serra Leoa, lançaram uma petição para contestar a certificação da subsidiária da SOCFIN naquele país pela RSPO (Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável). Eles levantaram várias questões que mostram claramente os vários conflitos por terra, a violência e as queixas das comunidades afetadas. Essa certificação é a próxima na fila de uma série de certificações altamente polêmicas do grupo SOCFIN na Nigéria, em Camarões e na Costa do Marfim. A RSPO é totalmente tendenciosa a favor da indústria e não serve para garantir a sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos nas cadeias de fornecimento de óleo de dendê.

Além disso, os membros da MALOA que assinaram a petição em março de 2022 sofreram assédio e criminalização.

Leia a petição em inglês: <http://greenscenery.org/wp-content/uploads/2022/04/220321-MALOA-RSPO-petition.pdf>

Leia mais informação do caso, em inglês: <http://www.fian.be/RSPO-certificate-for-Socfin-in-Sierra-Leone-despite-blatant-land-conflict?lang=fr>

E em francês: <http://www.fian.be/Le-label-durable-RSPO-octroye-a-Socfin-en-Sierra-Leone-malgre-un-conflict?lang=fr>

Leia uma nota à imprensa sobre a intimidação dos membros da MALOA, em inglês:

<http://greenscenery.org/wp-content/uploads/2022/05/220506-Green-Scenery-Harassment-of-Land-Rights-Activist-in-Malen-Chiefdom.pdf>

Série de webinários “Desconstruindo o jargão”

O objetivo geral desta série coordenada pela fundação Swift e o First Nations Development Institute é a busca por novas formas de pleitear clareza e usar linguagem adequada para garantir relações respeitadas e positivas com povos indígenas e grupos marginalizados, evitando usar termos que possam ser discriminatórios ou ofensivos ou se tornar fonte de estratégias que fazem mau uso de seu patrimônio e se transformam em mais um meio de assimilação e deslocamento.

Foram realizados três webinários:

1. Agroecologia, Agricultura Restaurativa e Conhecimento de Alimentos Indígenas com de 10.000 Anos de Existência (em inglês e espanhol)

<https://www.swiftfoundation.org/agroecology-restorative-agriculture-and-10000-year-old-indigenous-food-knowledge/>

2. Conservação, Áreas Protegidas e Terras Indígenas PARTE 1: Vozes da Turtle Island/América do Norte (em inglês e espanhol)

<https://www.swiftfoundation.org/unpacking-jargon-turtle-island/>

3. Conservação, Áreas Protegidas e Terras Indígenas PARTE 2: Vozes de Abya Yala (em inglês e espanhol)

<https://www.swiftfoundation.org/unpacking-jargon-3-voices-from-abya-yala/>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: Boletim 260 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): “Territórios em luta contra as monoculturas de árvores, barragens e áreas protegidas” (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM

“Concessões de terras: uma causa subjacente do desmatamento”

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Edmundo Hoppe, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>